

---

 ÍNDICE
 

---

<i>Abreviaturas</i> .....	7
<i>Nota do Autor à 15ª edição</i> .....	29

## PRIMEIRA PARTE

## FUNDAMENTOS E HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

## CAPÍTULO I | CONCEITO DE DIREITO PENAL

1. Considerações introdutórias .....	31
2. Conceito de Direito Penal .....	32
3. Caracteres do Direito Penal .....	33
4. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo .....	35
5. Direito Penal comum e Direito Penal especial .....	35
6. Direito Penal substantivo e Direito Penal adjetivo.....	36
7. Funções do Direito Penal num Estado democrático de direito.....	36

## CAPÍTULO II | PRINCÍPIOS LIMITADORES DO PODER PUNITIVO ESTATAL

1. Considerações introdutórias .....	40
2. Princípio da legalidade ou da reserva legal.....	40
2.1. Princípio da legalidade e as leis vagas, indeterminadas ou imprecisas..	41
3. Princípio da intervenção mínima.....	43
3.1. Princípio da fragmentariedade .....	44
4. Princípio de culpabilidade.....	45
5. Princípio de humanidade .....	47
6. Princípio da irretroatividade da lei penal .....	48
7. Princípio da adequação social .....	49
8. Princípio da insignificância .....	51
9. Princípio da ofensividade .....	52
10. Princípio da proporcionalidade.....	54

## CAPÍTULO III | HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

1. Considerações introdutórias .....	59
2. Direito Penal Romano .....	61
3. Direito Penal Germânico.....	64
4. Direito Penal Canônico.....	65

5. Direito Penal comum .....	66
6. Período humanitário. Os reformadores .....	69
6.1. Cesare de Beccaria .....	70
6.2. John Howard.....	72
6.3. Jeremias Bentham .....	73
7. História do Direito Penal brasileiro .....	76
7.1. Período colonial.....	76
7.2. Código Criminal do Império.....	77
7.3. Período republicano.....	78
7.4. Reformas contemporâneas.....	78

#### CAPÍTULO IV | DOCTRINAS E ESCOLAS PENAIS

1. Antecedentes das Escolas Penais .....	80
2. Escola Clássica.....	81
3. Escola Positiva .....	86
3.1. Cesare Lombroso.....	87
3.2. Rafael Garofalo .....	88
3.3. Enrico Ferri .....	89
4. <i>Terza scuola italiana</i> .....	90
5. Escola moderna alemã .....	91
6. Escola Técnico-Jurídica.....	93
7. Escola correccionalista .....	94
8. Defesa social.....	96

#### CAPÍTULO V | AS FUNÇÕES DA PENA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Generalidades .....	97
2. Teorias sobre a função da pena .....	98
3. Teorias absolutas ou retributivas da pena .....	99
3.1. Teoria de Kant .....	101
3.2. Teoria de Hegel.....	104
4. Outras teses retribucionistas da pena .....	105
5. Teorias relativas ou preventivas da pena .....	106
5.1. A prevenção geral .....	107
5.2. A prevenção especial.....	110
6. A teoria mista ou unificadora da pena .....	112
7. Teoria da prevenção geral positiva .....	114
7.1. A prevenção geral positiva fundamentadora .....	114
7.2. A prevenção geral positiva limitadora.....	117

## CAPÍTULO VI | CRIMINOLOGIA CRÍTICA E O MITO DA FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA

1. Início e fim de um mito .....	120
2. Análise político-criminal da reincidência .....	125
3. Causas que levaram à transformação da prisão-custódia em prisão-pena .	127
4. O objetivo ressocializador na visão da Criminologia Crítica .....	135
4.1. Algumas sugestões de Alessandro Baratta para combater a delin- quência .....	136
5. O objetivo ressocializador “mínimo” .....	142

## CAPÍTULO VII | SISTEMAS PENITENCIÁRIOS

1. Sistema pensilvânico ou celular .....	145
1.1. Origens históricas .....	145
1.2. Características e objetivos do sistema .....	146
2. Sistema auburniano .....	147
2.1. Origens históricas .....	147
2.2. Características e objetivos do sistema .....	148
2.3. Sistemas pensilvânico e auburniano: semelhanças e diferenças...	149
3. Sistemas progressivos .....	150
3.1. Sistema progressivo inglês ou <i>mark system</i> .....	151
3.2. Sistema progressivo irlandês .....	152
3.3. Sistema de Montesinos .....	154
4. Algumas causas da crise do sistema progressivo.....	154

## CAPÍTULO VIII | A NORMA PENAL: INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO

1. Considerações preliminares .....	157
2. Técnica legislativa do Direito Penal: normas incriminadoras e não incriminadoras.....	158
3. Fontes do Direito Penal.....	160
4. Da interpretação das leis penais .....	166
4.1. As diversas modalidades de interpretação em matéria penal.....	168
4.1.1. Interpretação quanto às fontes: autêntica, jurisprudencial e doutrinária .....	168
4.1.2. Interpretação quanto aos meios: gramatical, histórica, lógica e sistemática .....	171
4.1.3. Interpretação quanto aos resultados: declarativa, extensiva e restritiva .....	175
5. A analogia e sua aplicação <i>in bonam partem</i> .....	176
5.1. Analogia e interpretação analógica: processo integrativo <i>versus</i> processo interpretativo .....	178
5.2. Analogia <i>in bonam partem</i> .....	180

**CAPÍTULO IX | LEI PENAL NO TEMPO**

1. Considerações introdutórias .....	182
2. Princípios da lei penal no tempo .....	183
2.1. Irretroatividade da lei penal.....	183
2.2. Retroatividade da lei mais benigna .....	184
3. Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo.....	186
4. Lei intermediária e conjugação de leis.....	190
5. Leis excepcionais e temporárias .....	191
6. Retroatividade e leis penais em branco .....	192
7. Retroatividade e lei processual.....	195
8. Tempo do crime .....	196
8.1. Retroatividade da lei penal mais grave em crimes “continuado” ou “permanente”: Súmula 711 do STF .....	196

**CAPÍTULO X | LEI PENAL NO ESPAÇO**

1. Princípios dominantes.....	199
2. Conceito de território nacional .....	201
3. Lugar do crime .....	203
4. Extraterritorialidade .....	204
5. Lei penal em relação às pessoas .....	206
5.1. Imunidade diplomática .....	206
5.2. Imunidade parlamentar .....	207
5.3. Da imunidade parlamentar a partir da Emenda Constitucional n. 35/2001 .....	209
5.4. A imunidade processual e prisional .....	210
6. Extradicação .....	211
6.1. Conceito e espécies de extradição .....	212
6.2. Princípios e condições da extradição.....	213
6.3. Requisitos para a concessão de extradição.....	214
6.4. Procedimento do processo de extradição .....	216
6.5. Limitações à extradição .....	217
7. Deportação e expulsão.....	219
8. O Tribunal Penal Internacional.....	219
8.1. Tribunal Penal Internacional, prisão perpétua e princípio de huma- nidade.....	221

**CAPÍTULO XI | CONFLITO APARENTE DE NORMAS**

1. Considerações gerais.....	224
2. Princípios regentes do conflito aparente de normas.....	224

2.1. Princípio da especialidade.....	225
2.2. Princípio da subsidiariedade .....	225
2.3. Princípio da consunção.....	226
3. Antefato e pós-fato impuníveis .....	228

**SEGUNDA PARTE**  
**TEORIA GERAL DO DELITO**

**CAPÍTULO XII | PRINCIPAIS FASES DA EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL**

1. O modelo positivista do século XIX .....	230
2. O modelo neokantista.....	233
3. O ontologismo do finalismo de Welzel.....	238
4. Pós-finalismo: o normativismo funcionalista.....	242

**CAPÍTULO XIII | CONCEITO DE CRIME**

1. Antecedentes da moderna teoria do delito .....	246
2. O conceito clássico de delito .....	247
3. O conceito neoclássico de delito .....	249
4. O conceito de delito no finalismo .....	250
5. O conceito analítico de crime.....	251
6. A definição legal de crime no Brasil .....	252
7. Classificação das infrações penais .....	253
7.1. Classificação tripartida e bipartida .....	253
7.2. Crimes doloso, culposo e preterdoloso .....	254
7.3. Crimes comissivo, omissivo e comissivo-omissivo.....	254
7.4. Crimes instantâneo e permanente .....	254
7.5. Crimes de dano e de perigo.....	255
7.6. Crimes material, formal e de mera conduta .....	255
7.7. Crimes unissubjetivo e plurissubjetivo .....	256
7.8. Crimes unissubsistente e plurissubsistente.....	256
7.9. Crimes comum, próprio e de mão própria .....	256
7.10. Crimes de ação única, de ação múltipla e de dupla subjetividade.	257

**CAPÍTULO XIV | A CONDUTA PUNÍVEL**

1. Considerações gerais.....	258
2. Teorias da ação.....	260
2.1. Teoria causal-naturalista da ação.....	260
2.2. Teoria final da ação .....	261
2.3. Teoria social da ação .....	264

2.3.1. Inconsistência das controvérsias entre as teorias final e social do conceito de ação .....	266
2.4. Teoria da ação significativa.....	267
3. Ausência de ação e de omissão.....	271
4. Os sujeitos da ação .....	273
4.1. Os sujeitos ativo e passivo da ação .....	273
4.2. A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime .....	274
4.2.1. Responsabilidade penal nos crimes contra o sistema financeiro.....	277

## CAPÍTULO XV | A OMISSÃO E SUAS FORMAS

1. Considerações gerais.....	279
2. Crimes omissivos próprios.....	280
3. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão .....	281
3.1. Pressupostos fundamentais do crime omissivo impróprio .....	282
4. Fontes originadoras da posição de garantidor.....	283
4.1. Obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância .....	283
4.2. De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado .....	284
4.3. Com o comportamento anterior, cria o risco da ocorrência do resultado.....	284

## CAPÍTULO XVI | RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

1. Considerações gerais.....	287
2. Teoria da equivalência das condições ou <i>conditio sine qua non</i> .....	288
3. Limitações do alcance da teoria da <i>conditio sine qua non</i> .....	290
3.1. Localização do dolo e da culpa no tipo penal .....	290
3.2. Causas (concausas) absolutamente independentes.....	291
3.2.1. Causas relativamente independentes .....	291
3.3. Superveniência de causa relativamente independente que, por si só, produz o resultado .....	293
4. A relevância causal da omissão.....	295
5. Considerações críticas sobre a nova teoria da imputação objetiva .....	297

## CAPÍTULO XVII | TIPO E TIPICIDADE

1. Fases da evolução da teoria do tipo .....	300
2. Tipo e tipicidade .....	304
2.1. Noção de tipo.....	304
2.2. Juízo de tipicidade .....	305
2.3. Tipicidade.....	306
2.4. Funções do tipo penal.....	306

3. Bem jurídico e conteúdo do injusto.....	307
4. Elementos estruturais do tipo.....	309
<b>CAPÍTULO XVIII   TIPO DE INJUSTO COMISSIVO DOLOSO</b>	
1. Tipo objetivo .....	311
1.1. O autor da ação.....	312
1.2. Ação ou omissão .....	312
1.3. Resultado .....	312
1.4. Nexo causal.....	313
2. Tipo subjetivo .....	313
2.1. Elemento subjetivo geral: dolo .....	314
2.1.1. Definição de dolo.....	314
2.1.2. Teorias do dolo .....	315
2.1.3. Elementos do dolo .....	317
2.1.4. Espécies de dolo: direto e eventual .....	318
2.2. Elemento subjetivo especial do tipo ou elemento subjetivo especial do injusto .....	322
2.2.1. Delitos de intenção.....	323
2.2.2. Delitos de tendência .....	324
2.2.3. Especiais motivos de agir .....	325
2.2.4. Momentos especiais de ânimo.....	325
3. Erro de tipo .....	326
4. Princípios da adequação social e da insignificância .....	326
4.1. Princípio da adequação social.....	326
4.2. Princípio da insignificância .....	327
<b>CAPÍTULO XIX   TIPO DE INJUSTO CULPOSO</b>	
1. Definição do tipo de injusto culposo.....	329
2. Elementos do tipo de injusto culposo.....	331
2.1. Inobservância do cuidado objetivo devido e princípio da confiança.....	332
2.2. Produção de um resultado e nexo causal .....	334
2.3. Previsibilidade objetiva do resultado.....	334
2.4. Conexão interna entre desvalor da ação e desvalor do resultado..	336
3. Modalidades de culpa .....	336
4. Espécies de culpa .....	339
4.1. Culpa consciente ou com representação.....	339
4.2. Culpa inconsciente ou sem representação .....	340
4.3. Culpa imprópria ou culpa por assimilação .....	340



5. Distinção entre dolo eventual e culpa consciente.....	341
6. Concorrência e compensação de culpas .....	343
7. Crime preterdoloso e crime qualificado pelo resultado .....	343
<b>CAPÍTULO XX   A ANTIJURIDICIDADE</b>	
1. Considerações gerais. Antecedentes da antijuridicidade .....	345
2. Terminologia: antijuridicidade e injusto. Antinormatividade e antijuridicidade. Ilicitude e antijuridicidade.....	346
3. Antijuridicidade formal e antijuridicidade material.....	348
3.1. Concepção unitária de antijuridicidade.....	349
4. Antijuridicidade genérica e antijuridicidade específica .....	350
4.1. Antijuridicidade penal e antijuridicidade extrapenal: ilicitude única e independência de instâncias .....	352
5. Desvalor da ação e desvalor do resultado .....	355
<b>CAPÍTULO XXI   CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO</b>	
1. Excludentes de antijuridicidade ou causas de justificação .....	359
2. Elementos objetivos e subjetivos das causas de justificação.....	360
3. Consentimento do ofendido como causa supralegal de justificação.....	361
4. Excesso nas causas de justificação.....	363
5. Estado de necessidade .....	364
5.1. Estado de necessidade “justificante” e estado de necessidade “exculpante” .....	365
5.1.1. Estado de necessidade e colisão de deveres.....	367
5.2. Requisitos do estado de necessidade .....	368
5.2.1. Existência de perigo atual e inevitável .....	369
5.2.2. Não provocação voluntária do perigo.....	370
5.2.3. Inevitabilidade do perigo por outro meio .....	370
5.2.4. Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado.....	371
5.2.5. Direito próprio ou alheio .....	371
5.2.6. Elemento subjetivo: finalidade de salvar o bem do perigo .....	372
5.2.7. Ausência de dever legal de enfrentar o perigo.....	372
5.3. Causa de diminuição de pena (minorante) .....	373
6. Legítima defesa .....	373
6.1. Considerações gerais.....	373
6.2. Fundamento e natureza jurídica.....	374
6.3. Conceito e requisitos .....	374
6.3.1. Agressão injusta, atual ou iminente.....	375



6.3.2. Direito próprio ou alheio .....	376
6.3.3. Meios necessários, usados moderadamente (proporcionalidade).....	376
6.3.4. Elemento subjetivo: <i>animus defendendi</i> .....	377
6.4. Legítima defesa real, putativa, sucessiva e recíproca .....	378
6.5. Legítima defesa e estado de necessidade.....	379
7. Outras excludentes de criminalidade.....	379
7.1. Estricto cumprimento de dever legal.....	380
7.2. Exercício regular de direito .....	381
7.3. <i>Offendiculas</i> .....	382
7.4. O excesso nas causas de justificação à luz da Reforma Penal de 1984 .....	383

## CAPÍTULO XXII | A CULPABILIDADE

1. Considerações introdutórias .....	386
2. Culpabilidade como predicado do crime.....	387
3. Os problemas do livre-arbítrio na concepção de Welzel .....	391
4. Antecedentes das modernas teorias da culpabilidade .....	394
5. Teoria psicológica da culpabilidade.....	395
5.1. Crítica à teoria psicológica .....	396
6. Precusores da teoria psicológico-normativa da culpabilidade .....	398
7. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade .....	400
7.1. Crítica à teoria psicológico-normativa .....	401

## CAPÍTULO XXIII | TEORIA NORMATIVA PURA DA CULPABILIDADE

1. Considerações genéricas.....	403
2. Definição e fundamento da culpabilidade normativa pura .....	405
3. Elementos da culpabilidade normativa pura .....	408
3.1. Imputabilidade .....	408
3.2. Possibilidade de conhecimento da ilicitude do fato .....	409
3.3. Exigibilidade de obediência ao Direito.....	410
4. Considerações finais .....	411

## CAPÍTULO XXIV | EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE

1. Inimputabilidade e culpabilidade diminuída .....	412
1.1. Imputabilidade e sistemas adotados.....	412
1.2. Inimputabilidade .....	413
1.2.1. Menoridade .....	415
1.2.2. Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado .....	417

1.3. Culpabilidade diminuída .....	419
1.4. Consequências jurídico-penais .....	420
2. Coação moral irresistível e obediência hierárquica.....	421
2.1. Coação moral irresistível .....	421
2.2. Obediência hierárquica.....	423
2.2.1. Tratamento da obediência hierárquica no Código Penal Militar .....	425
3. A emoção e a paixão.....	426
4. A embriaguez e substâncias de efeitos análogos .....	428
4.1. Generalidades e <i>actio libera in causa</i> .....	428
4.2. Formas ou modalidades de embriaguez .....	430
4.2.1. Embriaguez não acidental: voluntária ou culposa .....	430
4.2.2. Embriaguez acidental: caso fortuito ou força maior .....	432
4.2.3. Embriaguez preordenada .....	433
4.2.4. Embriaguez habitual e patológica .....	434
5. Erro de proibição.....	434
6. Causas de justificação exculpantes.....	435
7. Caso fortuito e força maior.....	436

## CAPÍTULO XXV | ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Considerações introdutórias .....	437
2. Ausência de conhecimento da ilicitude e ignorância da lei .....	438
3. Teorias do dolo e da culpabilidade.....	441
4. Teoria dos elementos negativos do tipo.....	446
5. Erro de tipo e erro de proibição .....	447
5.1. Erro sobre elementos normativos especiais da ilicitude .....	450
6. Erro de tipo permissivo.....	452
6.1. Erro de tipo permissivo: um erro <i>sui generis</i> .....	454
6.2. “Erro culposo” não se confunde com “crime culposo” .....	456
7. Modalidades de erro sobre a ilicitude .....	458
7.1. Erro de proibição direto .....	458
7.2. Erro mandamental.....	459
7.3. Erro de proibição indireto .....	460
8. A discutível escusabilidade de determinados erros .....	461

## CAPÍTULO XXVI | CRIME CONSUMADO E CRIME TENTADO

1. Crime consumado.....	464
2. Tentativa.....	465
3. <i>Iter criminis</i> .....	466

4. Distinção entre atos preparatórios e atos executórios .....	467
5. Natureza e tipicidade da tentativa.....	468
6. Elementos da tentativa.....	469
7. Espécies ou formas de tentativas .....	470
8. Punibilidade da tentativa .....	471
9. Infrações que não admitem tentativa .....	472
10. Desistência voluntária.....	474
11. Arrependimento eficaz.....	474
12. Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	475
13. Crime impossível ou tentativa inidônea .....	476
13.1. Punibilidade do crime impossível.....	477
14. Crime putativo.....	477
15. Crime provocado.....	478

## CAPÍTULO XXVII | CONCURSO DE PESSOAS

1. Introdução.....	480
2. Teorias sobre o concurso de pessoas .....	481
3. Causalidade física e psíquica.....	483
4. Requisitos do concurso de pessoas.....	484
5. Autoria .....	486
5.1. Conceito restritivo de autor .....	486
5.2. Conceito extensivo de autor .....	487
5.3. Teoria do domínio do fato.....	488
6. Autoria mediata.....	489
7. Coautoria .....	490
8. Participação em sentido estrito .....	491
8.1. Espécies de participação .....	492
8.2. Fundamento da punibilidade da participação .....	494
8.3. Princípio da acessoriedade da participação .....	495
9. Concurso em crime culposo .....	496
10. Concurso em crimes omissivos.....	497
11. Autoria colateral.....	499
12. Multidão delinquente.....	500
13. Participação impunível.....	500
14. Punibilidade do concurso de pessoas.....	501
14.1. Participação de menor importância .....	501
14.2. Cooperação dolosamente distinta .....	502
15. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	503

TERCEIRA PARTE  
CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DELITO

**CAPÍTULO XXVIII | HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA PENA DE PRISÃO**

1. Considerações introdutórias .....	505
2. A Antiguidade.....	505
3. A Idade Média .....	507
4. A Idade Moderna.....	510

**CAPÍTULO XXIX | PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE**

1. Considerações gerais.....	514
2. Reclusão e detenção.....	516
3. Regimes penais .....	518
3.1. Regras do regime fechado .....	518
3.2. Regras do regime semiaberto .....	519
3.3. Regras do regime aberto .....	520
3.4. Regras do regime disciplinar diferenciado.....	520
4. Regime inicial .....	521
5. Prisão domiciliar.....	524
6. Progressão e regressão .....	525
6.1. Progressão .....	525
6.1.1. A progressão nos crimes hediondos.....	527
6.1.2. A progressão nos crimes hediondos a partir da Lei n. 9.455/97 .....	528
6.1.3. Progressão de regime antes do trânsito em julgado de decisão condenatória (Súmula 716).....	531
6.2. Regressão .....	532
6.3. Requisitos da progressão .....	533
7. Exame criminológico .....	535
7.1. Exame criminológico e exame de personalidade .....	536
7.2. Obrigatoriedade do exame criminológico .....	537
8. Detração penal.....	539
9. Trabalho prisional .....	540
10. Remição pelo trabalho e pelo estudo .....	540
11. Regime disciplinar diferenciado .....	542
11.1. Considerações preliminares .....	542
11.2. A previsão legal do regime disciplinar diferenciado .....	544

**CAPÍTULO XXX | PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS**

1. Considerações gerais.....	549
2. Antecedentes das penas alternativas.....	550

3. Cominação e aplicação das penas alternativas .....	554
4. Requisitos ou pressupostos necessários à substituição.....	557
4.1. Novos aspectos nos critérios orientadores da substituição .....	561
4.1.1. Substituição nos crimes culposos.....	561
4.1.2. Substituição nas penas de até um ano de prisão .....	562
4.1.3. Substituição nas penas de até seis meses de prisão.....	563
5. Espécies de penas restritivas.....	563
5.1. Prestação pecuniária .....	563
5.1.1. Definição e destinatários da “prestação pecuniária” .....	563
5.1.2. Injustificada limitação da “compensação”: condenação em ação reparatória .....	564
5.1.3. Possibilidade de estender a “compensação” às conciliações cíveis .....	565
5.1.4. Sanção penal fixada em salários mínimos: duvidosa constitucionalidade .....	565
5.2. Perda de bens e valores .....	566
5.2.1. Distinção entre “confisco-pena” e “confisco-efeito” da condenação .....	566
5.2.2. Limites do confisco .....	567
5.3. Prestação de outra natureza (inominada).....	567
5.3.1. Natureza consensual dessa “conversão” .....	567
5.3.2. “Conversão” somente da “prestação pecuniária”: seu fundamento.....	568
5.4. Limitação de fim de semana .....	568
5.5. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	572
5.6. Interdição temporária de direitos.....	576
6. Penas restritivas como incidente de execução.....	582
7. Conversão das penas restritivas de direitos .....	584
7.1. Novos aspectos relativos à conversão .....	584
7.1.1. Coercibilidade da conversão .....	584
7.1.2. Limite temporal da conversão e detração penal.....	584
7.1.3. Ressalva: <i>quantum</i> mínimo de conversão.....	585
7.1.4. Exclusão das penas pecuniárias da “conversibilidade” à pena de prisão.....	585
7.2. Causas gerais de conversão.....	586
7.3. Causas especiais de conversão .....	589
8. Consentimento do condenado.....	592
9. Crimes hediondos e a Lei n. 9.714/98 .....	593

10. Conflito político-criminal entre as Leis n. 9.714/98 e 9.099/95.....	596
10.1. Lesão corporal leve dolosa, ameaça e constrangimento ilegal ....	597
11. Limites das novas penas alternativas e a suspensão condicional do processo .....	598
11.1. Divergência quanto aos requisitos de admissibilidade .....	599
12. Novas penas alternativas e prisão processual: incompatibilidade .....	600

## CAPÍTULO XXXI | APLICAÇÃO SUBSTITUTIVA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NAS LEIS N. 9.503/97 E 9.605/98

1. Considerações gerais.....	603
2. Aplicação <i>substitutiva</i> ou <i>alternativa</i> das penas “restritivas de direitos” no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97) .....	603
2.1. Aplicação dos postulados da Lei n. 9.099/95 nas infrações penais definidas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97) ....	605
2.1.1. Crimes relacionados no parágrafo único do art. 291 do CTB.....	606
2.1.2. Natureza da ação penal dos crimes relacionados no parágrafo único do art. 291 do CTB.....	609
3. Aplicação <i>substitutiva</i> ou <i>alternativa</i> das penas “restritivas de direitos” nas infrações definidas na Lei Ambiental (Lei n. 9.605/98) .....	614
3.1. Aplicação dos postulados da Lei n. 9.099/95 nas infrações penais definidas na Lei Ambiental (Lei n. 9.605/98).....	615
3.1.1. A transação penal na nova Lei Ambiental.....	615
3.1.2. Prévia composição ou prévia reparação do dano.....	615
3.1.3. Comprovada impossibilidade de composição do dano....	617
3.1.4. A suspensão condicional do processo.....	618
3.1.5. Limites constitucionais da transação penal.....	619

## CAPÍTULO XXXII | OUTRAS PENAS ALTERNATIVAS

1. Síntese dos fundamentos da Exposição de Motivos relativos aos aspectos vetados.....	621
2. Razões dos vetos presidenciais .....	622
3. Recolhimento domiciliar .....	623
3.1. Prisão domiciliar disciplinada na Lei de Execução Penal.....	624
4. Advertência, frequência a curso e submissão a tratamento .....	626
4.1. A pena de “advertência” .....	626
4.2. Pena de “frequência a curso” .....	631
4.3. Pena de “submissão a tratamento” .....	631
5. Advertência e comparecimento a programa ou curso educativo (Lei n. 11.343/2006) .....	634

5.1. Natureza jurídica das sanções cominadas à infração cometida pelo usuário de drogas.....	637
5.2. Conteúdo da advertência sobre os efeitos das drogas e da medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo ..	638

### CAPÍTULO XXXIII | PENAS PECUNIÁRIAS

1. Considerações gerais.....	641
2. Origens das penas pecuniárias .....	642
3. Conceito e tipos de penas pecuniárias .....	643
4. Origem do sistema dias-multa.....	646
5. O Direito Penal positivo brasileiro.....	647
5.1. Cominação e aplicação da pena de multa .....	647
5.2. O sistema dias-multa .....	648
5.3. Limites da pena de multa .....	648
5.4. Dosimetria da pena de multa .....	650
5.5. Multa substitutiva .....	651
6. Aplicação na legislação extravagante .....	651
7. Fase executória da pena pecuniária.....	652
7.1. Pagamento da multa .....	652
7.2. Formas de pagamento da multa .....	654
7.3. Conversão da multa na versão da Reforma Penal de 1984.....	655
8. A competência para a execução da pena de multa à luz da Lei n. 9.268/96 .....	656
9. A inevitável prescrição durante a execução .....	659

### CAPÍTULO XXXIV | APLICAÇÃO DA PENA

1. Individualização da pena .....	661
2. Circunstâncias e elementares do crime .....	662
3. Circunstâncias judiciais.....	663
3.1. Circunstâncias judiciais nos denominados “crimes societários”. .....	668
4. Circunstâncias legais: atenuantes e agravantes genéricas.....	670
4.1. Circunstâncias preponderantes no concurso de agravantes e atenuantes .....	671
5. Causas de aumento e de diminuição da pena .....	672
6. Dosimetria da pena.....	673
6.1. Pena-base: circunstâncias judiciais.....	674
6.2. Pena provisória: agravantes e atenuantes.....	675
6.2.1. Pena aquém do mínimo: uma garantia constitucional .....	675
6.3. Pena definitiva.....	678



## CAPÍTULO XXXV | CONCURSO DE CRIMES

1. Introdução .....	680
2. Sistemas de aplicação da pena .....	680
3. Espécies de concurso de crimes .....	681
3.1. Concurso material .....	681
3.2. Concurso formal .....	681
3.3. Crime continuado .....	682
3.3.1. Origem histórica .....	682
3.3.2. Definição do crime continuado .....	682
3.3.3. Natureza jurídica do crime continuado .....	682
3.3.4. Teorias do crime continuado .....	684
3.3.5. Requisitos do crime continuado .....	685
3.3.6. Crime continuado específico .....	686
4. Dosimetria da pena no concurso de crimes .....	687
5. Erro na execução — <i>aberratio ictus</i> .....	688
5.1. Qualidades da vítima .....	689
6. Resultado diverso do pretendido .....	689
7. Limite de cumprimento da pena de prisão .....	690

## CAPÍTULO XXXVI | CONCILIAÇÃO JUDICIAL: TRANSAÇÃO PENAL

1. Generalidades .....	691
2. Competência dos Juizados Especiais Criminais .....	692
2.1. Crimes com pena máxima cominada não superior a dois anos ..	693
2.2. Contravenções penais .....	693
3. Características da transação penal .....	694
4. Natureza da decisão jurisdicional na transação penal .....	696
5. Princípio da presunção de inocência .....	696
6. Requisitos de admissibilidade da transação .....	697
6.1. Infração penal de menor potencial ofensivo .....	697
6.2. Ausência de condenação irrecorrível, por crime, à pena de prisão	698
6.3. Não ter sido beneficiado, nos últimos cinco anos, com a aplica-	698
ção de pena restritiva ou multa, nos termos desta lei .....	
6.4. Prognose favorável da “necessidade e suficiência” da transação	698
penal .....	
7. Impossibilidade de “transação penal” <i>ex officio</i> .....	699
8. Procedimento da conciliação penal .....	700
8.1. Na audiência preliminar .....	700
8.2. Na audiência de instrução e julgamento .....	702

9. Consequências do descumprimento da transação penal .....	703
9.1. Penas alternativas não podem ser convertidas em pena de prisão. ....	703
9.2. Transação penal homologada impede a propositura de nova ação penal .....	704
9.3. Não homologação da transação: arbitrariedade arditosa ineficaz	705
9.4. Execução de obrigação de fazer: nossa posição.....	706
10. Vantagens e desvantagens: transação penal <i>versus</i> suspensão condicio- nal do processo .....	707

## CAPÍTULO XXXVII | SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

1. Generalidades. Antecedentes.....	708
2. Requisitos ou pressupostos necessários .....	710
2.1. Requisitos especiais .....	710
2.1.1. Exclusão dos crimes de ação de exclusiva iniciativa privada	713
2.2. Requisitos gerais.....	715
2.2.1. Impossibilidade de suspensão do processo <i>ex officio</i> .....	717
3. Condições necessárias para a suspensão do processo .....	718
4. Período de prova.....	721
5. Causas de revogação da suspensão do processo.....	721
6. Extinção da punibilidade .....	724

## CAPÍTULO XXXVIII | SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Origem e desenvolvimento do instituto.....	725
2. Conceito e denominação do instituto.....	726
3. Natureza jurídica .....	728
4. A suspensão condicional no Direito positivo brasileiro .....	730
4.1. Requisitos ou pressupostos necessários .....	732
4.2. Espécies de suspensão condicional .....	736
4.2.1. Condições do <i>sursis</i> .....	737
4.3. O período de prova .....	738
4.3.1. Causas de revogação obrigatória.....	739
4.3.2. Causas de revogação facultativa.....	740
4.4. Prorrogação do período de prova .....	742
5. Extinção da pena privativa de liberdade .....	743

## CAPÍTULO XXXIX | LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Origem e desenvolvimento do livramento condicional .....	744
2. Conceito e caracteres da liberdade condicional .....	746

3. Natureza jurídica da liberdade condicional.....	747
4. A liberdade condicional no Direito brasileiro.....	748
5. Requisitos ou pressupostos necessários.....	749
5.1. Requisitos ou pressupostos objetivos.....	749
5.2. Requisitos ou pressupostos subjetivos.....	752
5.3. Requisito específico.....	755
6. Condições do livramento condicional.....	758
6.1. Condições de imposição obrigatória.....	758
6.2. Condições de imposição facultativa.....	760
7. Causas de revogação do livramento condicional.....	762
7.1. Causas de revogação obrigatória.....	762
7.2. Causas de revogação facultativa.....	764
8. Suspensão do livramento condicional.....	765
9. Efeitos de nova condenação.....	766
10. Prorrogação do livramento e extinção da pena.....	768

## CAPÍTULO XL | EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO

1. Efeitos gerais.....	769
2. Efeitos extrapenais.....	769
2.1. Efeitos genéricos.....	769
2.2. Efeitos específicos.....	772
2.3. Perda de cargo ou função pública, por condenação criminal a pena inferior a um ano.....	774
3. Reabilitação.....	776
3.1. Pressupostos e requisitos necessários.....	776
3.2. Efeitos da reabilitação.....	778
3.3. Revogação da reabilitação.....	779
3.4. Competência e recurso.....	780

## CAPÍTULO XLI | MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Considerações introdutórias.....	781
2. Diferenças entre pena e medida de segurança.....	782
3. Princípio da legalidade.....	782
4. Pressupostos ou requisitos para aplicação da medida de segurança.....	782
5. Espécies de medidas de segurança.....	783
6. Tipos de estabelecimentos.....	784
7. Prescrição e extinção da punibilidade.....	785

8. Prazo de duração da medida de segurança: limites mínimo e máximo...	786
9. Execução, suspensão e extinção da medida de segurança.....	788
10. Substituição da pena por medida de segurança .....	788
11. Verificação da cessação de periculosidade.....	790

## CAPÍTULO XLII | A AÇÃO PENAL

1. Considerações introdutórias .....	792
2. Espécies de ação penal .....	793
2.1. Ação penal pública .....	793
2.2. Ação penal privada.....	794
3. Representação criminal e requisição do Ministro da Justiça.....	796
3.1. Irretratabilidade da representação .....	796
4. Decadência do direito de queixa e de representação.....	797
4.1. Renúncia ao direito de queixa .....	798
4.2. A renúncia nos Juizados Especiais Criminais .....	800
5. Perdão do ofendido.....	801
5.1. Divisão, extensão e aceitação do perdão.....	801
5.2. Limites temporais do perdão e da renúncia.....	802

## CAPÍTULO XLIII | DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Considerações gerais.....	803
2. Causas extintivas da punibilidade.....	804
2.1. Morte do agente .....	804
2.2. Anistia, graça e indulto.....	804
2.3. <i>Abolitio criminis</i> .....	805
2.4. Prescrição, decadência e preempção.....	805
2.5. Renúncia e perdão .....	806
2.6. Retratação do agente .....	806
2.7. Casamento do agente com a vítima.....	807
2.8. Casamento da vítima com terceiro.....	808
2.9. Perdão judicial.....	808

## CAPÍTULO XLIV | PRESCRIÇÃO

1. Considerações introdutórias .....	810
2. Fundamentos políticos da prescrição .....	811
3. Espécies de prescrição.....	813
3.1. Prescrição da pretensão punitiva.....	814
3.1.1. Prescrição da pretensão punitiva abstrata .....	814

3.1.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa .....	815
3.1.3. Supressão de parcela da prescrição retroativa: inconstitucionalidade manifesta .....	817
3.1.3.1 Supressão de parcela do lapso prescricional e violação do princípio da proporcionalidade .....	821
3.1.3.2 Violação da garantia constitucional da duração razoável do processo.....	826
3.1.4. Prescrição da pretensão punitiva intercorrente ou subsequente.....	832
3.2. Prescrição da pretensão executória .....	832
4. Termo inicial da prescrição .....	833
5. Causas modificadoras do curso prescricional.....	834
5.1. Suspensão do prazo prescricional .....	834
5.1.1. Novas causas suspensivas da prescrição .....	835
5.1.2. Suspensão da prescrição nos termos do art. 366 do CPP: correção da Súmula 415 do STJ.....	837
5.2. Interrupção do prazo prescricional .....	839
5.2.1. Recebimento da denúncia: causas de rejeição e absolvição sumária.....	844
5.2.2. Recebimento da denúncia: contraditório antecipado e reflexos na prescrição.....	846
5.3. Causas redutoras do prazo prescricional.....	847
6. Prescrição da pena de multa.....	847
<i>Bibliografia</i> .....	849

# TRATADO DE DIREITO PENAL

Cezar  
Roberto  
Bitencourt

Volume 3

## **PARTE ESPECIAL**

(Arts. 155 a 212)

*Crimes contra  
o patrimônio até  
crimes contra o  
sentimento religioso  
e contra o respeito  
aos mortos*

16ª edição  
revista e atualizada  
2020

saraiva  jur



Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

**SAC**

sac.sets@somoseduacao.com.br

<b>Direção executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Direção editorial</b>	Renata Pascual Müller
<b>Gerência editorial</b>	Roberto Navarro
<b>Gerência de produção e planejamento</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência de projetos e serviços editoriais</b>	Fernando Penteado
<b>Consultoria acadêmica</b>	Murilo Angeli Dias dos Santos
<b>Planejamento</b>	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
<b>Novos projetos</b>	Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite
<b>Edição</b>	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Deborah Caetano de Freitas Viadana
<b>Produção editorial</b>	Fernanda Matajs (coord.) Rosana Peroni Fazolari
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Breno Lopes de Souza Josiane de Araujo Rodrigues Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
<b>Diagramação</b>	Markelangelo Design e Projetos Editoriais
<b>Revisão</b>	Magda Carlos
<b>Capa</b>	IDÉE arte e comunicação
<b>Produção gráfica</b>	Marti Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Bitencourt, Cezar Roberto

Parte especial: crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos / Cezar Roberto Bitencourt. – Coleção Tratado de direito penal volume 3 – 16. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020. 536 p.

**Bibliografia**

ISBN 978-85-536-1528-5 (impresso)

1. Direito penal I. Título.

20-0199

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343.1

**Data de fechamento da edição: 4-1-2020**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605300 CAE 705924



---

 ÍNDICE
 

---

<i>Publicações do autor</i> .....	5
<i>Abreviaturas</i> .....	7
<i>Nota do autor à 16ª edição</i> .....	31
<i>Nota do autor à 1ª edição</i> .....	33
<b>CAPÍTULO I   FURTO</b>	
1. Considerações preliminares.....	36
2. Bem jurídico tutelado.....	37
2.1 A natureza do dano inserto em outras figuras típicas.....	38
2.2 Não podem ser objeto de furto .....	39
3. Sujeitos ativo e passivo .....	39
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	40
4.1 Elemento normativo: coisa “alheia” .....	42
4.2 Proprietário que subtrai coisa da qual não tem a posse: atipicidade .....	42
4.3 Lesão patrimonial: bem economicamente apreciável.....	45
4.4 Coisa perdida, abandonada e coisa comum .....	46
5. Natureza e efeito do consentimento da vítima no crime de furto .....	47
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	48
7. Consumação e tentativa .....	48
7.1 Consumação .....	48
7.2 Tentativa.....	50
8. Classificação doutrinária .....	51
9. Furto durante o repouso noturno.....	51
10. Furto de pequeno valor.....	53
10.1 Aplicabilidade da privilegiadora no furto qualificado .....	55
10.2 Pequeno valor e pequeno prejuízo: distinção .....	56
11. Furto qualificado: tipo derivado .....	56
11.1 Com destruição ou rompimento de obstáculo (I) .....	57
11.2 Com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza (II).....	61
11.3 Com emprego de chave falsa (III).....	66
11.4 Mediante concurso de duas ou mais pessoas (IV) .....	67

11.5	Subtração de semovente domesticável de produção .....	68
11.5.1	Considerações preliminares.....	68
11.5.2	Objeto material desta qualificadora .....	70
11.5.3	Subtração de semovente domesticável de produção.....	71
11.5.4	A sanção cominada — qualificadoras simultâneas .....	72
11.6	Alterações na tipificação dos crimes de furto e de roubo introduzidas pela Lei n. 13.654/2018.....	76
11.6.1	Duas novas qualificadoras: meio de execução e objeto da subtração .....	76
11.6.2	Emprego de explosivo ou artefato análogo .....	76
11.6.2.1	Elementar típico-normativa: meio que cause perigo comum .....	77
11.6.2.2	Coexistência de duas qualificadoras no crime de furto.....	77
11.6.3	Substâncias explosivas ou acessórios como objeto da subtração (§ 7º) .....	78
11.6.4	Furto qualificado (art. 155 do CP) <i>versus</i> crime de explosão (art. 251 do CP).....	78
11.6.5	A tipificação do crime de roubo recebeu várias modificações da Lei n. 13.654/2018 .....	79
11.6.5.1	A revogação do inciso I do § 2º do art. 157.....	79
11.6.5.2	Acréscimo trazido pelo inciso VI ao § 2º do art. 157 — subtração de substâncias explosivas ou de acessórios.....	80
11.6.5.3	A inclusão do § 2º-A ao art. 157 do CP prevê duas causas especiais de aumento de pena .....	80
11.6.5.4	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo .....	80
11.6.5.5	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum .....	81
11.6.6	A Lei n. 13.654/2018 alterou a redação do § 3º do art. 157 do CP .....	82
12.	<i>Concursus delinquentium</i> e concurso de duas ou mais pessoas .....	82
12.1	Coautoria e participação em sentido estrito.....	85
12.2	Causalidade física e psíquica: elemento objetivo-subjetivo.....	87
12.3	Participação impunível: impede a configuração da qualificadora .....	88
12.4	Autoria colateral: atipicidade da qualificadora do concurso de pessoas .....	88
13.	Autoria mediata: impossibilidade da qualificadora de concurso de pessoas .....	89
14.	Punibilidade do concurso de pessoas e da qualificadora similar .....	90

15. Comunicabilidade ou incommunicabilidade da qualificadora .....	94
16. Punibilidade desproporcional da qualificadora do concurso de pessoas .....	95
17. Furto de veículo automotor: qualificadora especial.....	101
17.1 Furto de uso: intenção de restituir .....	102
18. Furto de energia: equiparação a coisa móvel.....	104
18.1 Furto de energia e furto de sinal de TV paga .....	106
19. Erro jurídico-penal no crime de furto: erro de tipo e de proibição .....	108
20. Pena e ação penal.....	109

## CAPÍTULO II | FURTO DE COISA COMUM

1. Considerações preliminares.....	110
2. Bem jurídico tutelado.....	110
3. Sujeitos do crime.....	111
3.1 Sujeito ativo.....	111
3.2 Sujeito passivo .....	111
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	111
4.1 Sócio que furta da própria sociedade .....	112
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	113
6. Consumação e tentativa .....	113
6.1 Consumação de furto de coisa comum .....	113
6.2 Tentativa de furto de coisa comum .....	114
7. Classificação doutrinária .....	114
8. Causa especial de exclusão da antijuridicidade .....	114
9. Pena e ação penal.....	115

## CAPÍTULO III | ROUBO

1. Considerações preliminares.....	117
2. Bem jurídico tutelado.....	118
3. Sujeitos do crime.....	119
3.1 Sujeito ativo.....	119
3.2 Sujeito passivo .....	119
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	119
5. <i>Modus operandi</i> : mediante violência ou grave ameaça ou qualquer outro meio .....	120
5.1 Violência física ( <i>vis corporalis</i> ) .....	121
5.2 Grave ameaça ( <i>vis compulsiva</i> ).....	121
5.2.1 Idoneidade da grave ameaça .....	122
5.2.2 Simulação de arma e arma de brinquedo.....	122
5.3 Qualquer outro meio de redução da resistência .....	123
5.4 Violência ou grave ameaça para fugir sem a coisa.....	124
6. Espécies de roubo: próprio e impróprio .....	125

6.1	Roubo próprio.....	125
6.2	Roubo impróprio.....	126
6.3	Roubo próprio e impróprio: distinção .....	128
7.	Objeto material do crime de roubo .....	128
8.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	129
9.	Roubo majorado (“qualificado”, § 2º) .....	129
9.1	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma (I)....	130
9.1.1	O emprego de arma de brinquedo e a Súmula 174 do STJ	131
9.1.2	O emprego de arma branca.....	132
9.2	Se há concurso de duas ou mais pessoas (II) .....	133
9.3	Em serviço de transporte de valores e o agente conhece essa circunstância (III).....	133
9.4	Roubo de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior (IV) .....	134
9.5	Roubo de veículo automotor com sequestro da vítima (V).....	134
9.6	Elevação da pena mínima no roubo qualificado .....	136
10.	Eventual presença de duas causas de aumento .....	136
11.	A tipificação do crime de roubo recebeu várias modificações da Lei n. 13.654/2018 .....	138
11.1	A revogação do inciso I do § 2º do art. 157.....	138
11.2	Acréscimo trazido pelo inciso VI ao § 2º do art. 157 — subtração de substâncias explosivas ou de acessórios.....	139
11.3	A inclusão do § 2º-A ao art. 157 do CP prevê duas causas especiais de aumento de pena .....	140
11.3.1	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo .....	140
11.3.2	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	141
11.4	Emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido duplica a pena do <i>caput</i> .....	142
11.5	A Lei n. 13.654/2018 alterou a redação do § 3º do art. 157 do CP	143
12.	Consumação e tentativa .....	143
12.1	Consumação do crime de roubo .....	143
12.2	Tentativa do crime de roubo .....	144
13.	Classificação doutrinária .....	145
14.	Roubo qualificado pelo resultado: lesão grave ou morte.....	145
14.1	Pela lesão corporal grave (inciso I).....	147
14.2	Pelo resultado morte (inciso II): latrocínio .....	147
14.2.1	Resultado morte decorrente de grave ameaça: não tipifica latrocínio .....	148
14.3	Morte de comparsa: inocorrência de latrocínio.....	149

15. Tentativa de latrocínio: pluralidade de alternativas.....	149
16. Latrocínio com pluralidade de vítimas.....	151
17. Concurso do crime de roubo com o de quadrilha.....	151
18. Pena e ação penal.....	152
18.1 Inconstitucionalidade da proibição de progressão de regime nos crimes hediondos.....	152

#### CAPÍTULO IV | EXTORSÃO

1. Considerações preliminares.....	155
2. Bem jurídico tutelado.....	156
3. Sujeitos ativo e passivo.....	157
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	157
4.1 A extorsão mediante grave ameaça e o crime de ameaça do art. 147.....	158
4.2 Obtenção de indevida vantagem econômica: especial fim de agir.....	160
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	160
6. Extorsão majorada: coautoria e emprego de armas.....	160
6.1 Se a extorsão é cometida por duas ou mais pessoas.....	161
6.2 Com emprego de arma.....	162
6.2.1 Analogia e interpretação analógica: processo integrativo <i>versus</i> processo interpretativo.....	162
6.2.2 Analogia <i>in bonam partem</i> .....	163
7. Omissão da Lei n. 9.426/96: majorantes relativas a veículo automotor.....	165
8. Extorsão qualificada: lesão grave ou morte.....	165
9. Roubo e extorsão: semelhanças e dessemelhanças.....	165
9.1 Roubo e extorsão: são crimes da mesma espécie.....	166
10. Extorsão mediante restrição de liberdade.....	168
10.1 Extorsão mediante restrição de liberdade qualificada pelo resultado.....	170
10.2 A gravidade da semelhança entre roubo e extorsão especial.....	171
10.3 A desproporcional cominação de penas entre roubo e extorsão especial.....	174
10.4 Violação ao princípio da proporcionalidade e inconstitucionalidade das sanções cominadas.....	176
11. Crimes de extorsão e de constrangimento ilegal: conflito aparente de normas.....	179
12. Consumação e tentativa.....	179
12.1 Consumação.....	179
12.2 Tentativa.....	180
13. Classificação doutrinária.....	181
14. Pena e ação penal.....	181

**CAPÍTULO V | EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO**

1. Considerações preliminares.....	184
2. Bem jurídico tutelado.....	184
3. Sujeitos do crime.....	185
3.1 Sujeito ativo.....	185
3.2 Sujeito passivo.....	185
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	185
4.1 (Ir)relevância da natureza ou espécie da vantagem visada.....	186
4.2 Vantagem devida: outra tipificação.....	189
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	190
6. Extorsão qualificada: <i>modus operandi</i> .....	190
6.1 Duração do sequestro e idade da vítima.....	191
6.2 Cometido por bando ou quadrilha.....	192
7. Extorsão mediante sequestro qualificada pelo resultado: lesão grave ou morte.....	193
7.1 Se resulta lesão corporal de natureza grave.....	194
7.2 Se resulta a morte.....	194
8. Delação premiada: favor legal antiético.....	195
9. Crime hediondo.....	200
10. Consumação e tentativa.....	200
11. Classificação doutrinária.....	201
12. Pena e ação penal.....	201

**CAPÍTULO VI | EXTORSÃO INDIRETA**

1. Considerações preliminares.....	202
2. Bem jurídico tutelado.....	203
3. Sujeitos do crime.....	203
3.1 Sujeito ativo.....	203
3.2 Sujeito passivo.....	203
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	204
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	206
6. Classificação doutrinária.....	206
7. Consumação e tentativa.....	206
8. Pena e ação penal.....	207

**CAPÍTULO VII | DA USURPAÇÃO****1ª Seção****Alteração de limites**

1. Considerações preliminares.....	208
------------------------------------	-----

2. Bem jurídico tutelado.....	209
3. Sujeitos ativo e passivo .....	211
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	212
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	214
5.1 Elemento subjetivo especial: para apropriar-se de coisa móvel alheia	214
6. Consumação e tentativa.....	215
7. Classificação doutrinária .....	215
8. Pena e ação penal.....	216

## CAPÍTULO VIII

### 2ª Seção

#### Usurpação de águas

1. Considerações preliminares.....	217
2. Bem jurídico tutelado.....	217
3. Sujeitos ativo e passivo .....	218
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	218
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	219
6. Consumação e tentativa.....	220
7. Classificação doutrinária .....	220
8. Pena e ação penal.....	220

## CAPÍTULO IX

### 3ª Seção

#### Esubulho possessório

1. Considerações preliminares.....	221
2. Bem jurídico tutelado.....	221
3. Sujeitos do crime.....	222
3.1 Sujeito ativo.....	222
3.2 Sujeito passivo .....	222
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	223
4.1 Violência à pessoa ou grave ameaça ou concurso de mais de duas pessoas .....	223
4.2 Esubulho civil e esbulho penal .....	224
4.3 Esubulho de imóvel do SFH.....	225
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	225
6. Consumação e tentativa.....	225
7. Usurpação em concurso com violência.....	226
8. Pena e ação penal.....	227
8.1 Penas cominadas.....	227



8.2 Pena e ação penal .....	227
<b>CAPÍTULO X   SUPRESSÃO OU ALTERAÇÃO DE MARCA EM ANIMAIS</b>	
1. Considerações preliminares.....	228
2. Bem jurídico tutelado.....	229
3. Sujeitos ativo e passivo .....	229
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	229
4.1 Somente em animais já marcados.....	230
4.2 Concurso com outros crimes .....	231
4.3 Elementares típico-normativas: “indevidamente” e “alheio” .....	231
4.4 Significado e limite das locuções “gado” ou “rebanho” .....	231
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	232
6. Consumação e tentativa.....	233
7. Classificação doutrinária .....	233
8. Pena e ação penal.....	233
<b>CAPÍTULO XI   DO DANO</b>	
1. Considerações preliminares.....	234
2. Bem jurídico tutelado.....	235
3. Sujeitos ativo e passivo .....	236
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	237
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	239
6. Dano qualificado .....	240
6.1 Com violência à pessoa ou grave ameaça.....	241
6.1.1 Dano praticado com violência: concurso material de crimes ou cúmulo material de penas.....	242
6.2 Com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave.....	244
6.3 Contra o patrimônio da União, Estado, Distrito Federal, Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos.....	244
6.4 Por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima. 6.4.1 Por motivo egoístico .....	245
6.4.2 Com prejuízo considerável.....	246
7. Consumação e tentativa .....	247
8. Classificação doutrinária .....	247
9. Pena e ação penal.....	248
<b>CAPÍTULO XII   INTRODUÇÃO OU ABANDONO DE ANIMAIS EM PROPRIEDADE ALHEIA</b>	
1. Considerações preliminares.....	249

2. Bem jurídico tutelado.....	250
3. Sujeitos ativo e passivo .....	250
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	251
4.1 Sem consentimento de quem de direito .....	252
4.2 Ocorrência efetiva de prejuízo .....	253
4.3 Prejuízo: condição objetiva da punibilidade ou elementar típica ..	253
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	254
6. Consumação e tentativa.....	254
7. Classificação doutrinária .....	256
8. Questões especiais.....	256
9. Pena e ação penal.....	257

### **CAPÍTULO XIII | DANO EM COISA DE VALOR ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO OU HISTÓRICO**

1. Considerações preliminares.....	258
2. Bem jurídico tutelado.....	259
3. Sujeitos ativo e passivo .....	260
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	260
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	262
6. Consumação e tentativa.....	262
7. Classificação doutrinária .....	262
8. Pena e ação penal.....	263

### **CAPÍTULO XIV | ALTERAÇÃO DE LOCAL ESPECIALMENTE PROTEGIDO**

1. Considerações preliminares.....	264
2. Bem jurídico tutelado.....	265
3. Sujeitos ativo e passivo .....	265
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	266
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	266
6. Consumação e tentativa.....	267
7. Classificação doutrinária .....	267
8. Questões especiais.....	267
9. Pena e ação penal.....	267

### **CAPÍTULO XV | DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA**

1. Considerações preliminares.....	268
2. Bem jurídico tutelado.....	269
3. Sujeitos do crime.....	270
3.1 Sujeito ativo.....	270
3.2 Sujeito passivo .....	271
4. Pressuposto da apropriação indébita.....	271

5. Tipo objetivo: adequação típica .....	272
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	272
7. Consumação e tentativa .....	274
8. Classificação doutrinária .....	274
9. Formas majoradas de apropriação indébita .....	275
9.1 Coisa recebida em depósito necessário.....	275
9.2 Qualidade pessoal do agente: tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial.....	276
9.3 Em razão de ofício, emprego ou profissão .....	277
10. Apropriação, furto e estelionato .....	278
11. Compra e venda, depositário infiel e apropriação indébita .....	278
12. Apropriação indébita e relação mandante-mandatário.....	283
13. Pena e ação penal.....	284
14. Algumas questões especiais.....	284

## CAPÍTULO XVI | APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA

1. Considerações preliminares.....	286
2. Bem jurídico tutelado.....	286
3. Sujeitos ativo e passivo .....	286
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	287
4.1 Pressuposto: contribuições recolhidas.....	287
4.2 Prazo e forma legal ou convencional: norma penal em branco....	287
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	288
6. Figuras do <i>caput</i> e do § 1º: distinção .....	288
7. Deixar de recolher no prazo legal (§ 1º, I).....	288
7.1 Pressuposto: que tenha sido descontado de pagamento efetuado	288
7.2 Antiga figura do art. 95, <i>d</i> .....	288
8. Deixar de recolher contribuições devidas (§ 1º, II).....	288
8.1 Despesas contábeis ou custos relativos a produtos e serviços .....	289
8.2 Pressuposto: que tenham integrado os custos.....	289
9. Deixar de pagar benefício devido (§ 1º, III).....	289
9.1 Pressuposto: reembolso realizado .....	289
10. Consumação e tentativa.....	289
11. Classificação doutrinária .....	290
12. Causa extintiva da punibilidade.....	290
12.1 Início da ação fiscal (antes).....	290
12.2 Requisitos para extinção da punibilidade .....	290
12.3 Aplicação do art. 34 da Lei n. 9.249/95.....	291
13. Perdão judicial ou pena de multa .....	291
13.1 Valor de pouca monta: inocuidade.....	292

13.2 Princípio da insignificância: configurado .....	292
13.3 Requisitos necessários ao perdão judicial ou multa.....	292
14. Crimes praticados após a Lei n. 9.983/2000: efeitos práticos.....	292
15. Pena e ação penal.....	292

## CAPÍTULO XVII | APROPRIAÇÃO DE COISA HAVIDA POR ERRO, CASO FORTUITO OU FORÇA DA NATUREZA

1. Considerações preliminares.....	293
2. Bem jurídico tutelado.....	294
3. Sujeitos ativo e passivo .....	294
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	294
5. Apropriação de tesouro .....	295
6. Apropriação de coisa achada .....	296
6.1 Elemento temporal: quinze dias .....	297
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	297
8. Classificação doutrinária .....	298
9. Consumação e tentativa.....	298
10. Minorante do pequeno valor nos crimes de apropriação indébita .....	299
11. Pena e ação penal.....	300

## CAPÍTULO XVIII | ESTELIONATO

1. Considerações preliminares.....	302
2. Bem jurídico tutelado.....	303
3. Sujeitos ativo e passivo .....	303
3.1 Criança e enfermo mental: impossibilidade.....	304
4. Fraude civil e fraude penal: ontologicamente iguais .....	304
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	306
5.1 Emprego de artifício, ardis ou qualquer outro meio fraudulento.	307
5.2 Induzimento ou manutenção da vítima em erro.....	308
5.3 Obtenção de vantagem ilícita em prejuízo alheio: elemento normativo.....	309
6. Vantagem ilícita: irrelevância da natureza econômica .....	310
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	313
8. Classificação doutrinária .....	313
9. Consumação e tentativa.....	314
10. Estelionato e falsidade .....	315
11. Estelionato privilegiado: minorante de aplicação obrigatória.....	315
12. Figuras especiais de estelionato .....	316
12.1 Disposição de coisa alheia como própria (I).....	316
12.2 Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria (II).....	317
12.3 Defraudação de penhor (III) .....	318

12.4 Fraude na entrega de coisa (IV) .....	319
12.5 Fraude para o recebimento de indenização ou valor de seguro (V).....	319
12.6 Fraude no pagamento por meio de cheque (VI) .....	320
12.6.1 Cheque pós-datado e cheque especial.....	321
12.6.2 Sujeitos ativo e passivo do crime.....	322
13. Majorante especial do crime de estelionato.....	322
14. Do estelionato contra pessoa idosa .....	323
15. Arrependimento posterior e as Súmulas 246 e 554 .....	325
15.1 Reparação de danos e as Súmulas 246 e 554 .....	326
16. Algumas questões especiais .....	327
17. Natureza do crime de estelionato previdenciário: permanente ou instantâneo de efeitos permanentes .....	327
17.1 A suposta natureza binária do estelionato previdenciário .....	329
18. Pena e ação penal.....	331
19. Transcrição das principais súmulas relativas ao estelionato .....	332

## **CAPÍTULO XIX | DUPLICATA SIMULADA**

1. Considerações preliminares.....	333
2. Bem jurídico tutelado.....	334
3. Sujeitos ativo e passivo .....	334
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	335
4.1 Falsificação ou adulteração do livro de registro de duplicatas.....	336
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	336
6. Consumação e tentativa.....	337
7. Classificação doutrinária .....	337
8. Pena e ação penal.....	337

## **CAPÍTULO XX | ABUSO DE INCAPAZES**

1. Considerações preliminares.....	338
2. Bem jurídico tutelado.....	339
3. Sujeitos ativo e passivo .....	339
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	339
4.1 Necessidade, paixão ou inexperiência do menor.....	340
4.2 Ato suscetível de produzir efeito jurídico .....	340
4.3 Natureza do proveito ou vantagem.....	341
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	342
6. Consumação e tentativa.....	342
7. Classificação doutrinária .....	343
8. Pena e ação penal.....	343

**CAPÍTULO XXI | INDUZIMENTO À ESPECULAÇÃO**

1. Considerações preliminares.....	344
2. Bem jurídico tutelado.....	345
3. Sujeitos ativo e passivo .....	345
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	346
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	346
6. Consumação e tentativa .....	347
7. Classificação doutrinária .....	348
8. Pena e ação penal.....	348

**CAPÍTULO XXII | FRAUDE NO COMÉRCIO**

1. Considerações preliminares.....	349
2. Bem jurídico tutelado.....	350
3. Sujeitos ativo e passivo .....	350
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	350
4.1 Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas (§ 1º) .....	352
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	353
6. Consumação e tentativa.....	353
7. Pena e ação penal.....	353

**CAPÍTULO XXIII | OUTRAS FRAUDES**

1. Considerações preliminares.....	354
2. Bem jurídico tutelado.....	354
3. Sujeitos ativo e passivo .....	355
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	355
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	356
6. Consumação e tentativa.....	356
7. Classificação doutrinária .....	357
8. Pena e ação penal.....	357

**CAPÍTULO XXIV | FRAUDES E ABUSOS NA FUNDAÇÃO OU ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES**

1. Considerações preliminares.....	359
2. Bem jurídico tutelado.....	360
3. Sujeitos ativo e passivo .....	361
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	361
4.1 Fraude na fundação de sociedade por ações: crime subsidiário ...	362
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	363
6. Consumação e tentativa.....	364
7. Classificação doutrinária .....	364
8. Fraude sobre as condições econômicas de sociedade por ações (§ 1º, I)	365

8.1 Bem jurídico tutelado .....	365
8.2 Sujeitos ativo e passivo .....	365
8.3 Tipo objetivo: adequação típica .....	366
8.4 Consumação e tentativa .....	367
9. Falsa coração de ações ou título de sociedade (§ 1º, II) .....	367
9.1 Sujeitos ativo e passivo .....	367
9.2 Tipo objetivo: adequação típica .....	367
9.3 Consumação e tentativa .....	368
10. Empréstimo ou uso indevido de bens ou haveres (§ 1º, III) .....	368
10.1 Sujeitos ativo e passivo .....	368
10.2 Tipo objetivo: adequação típica .....	369
10.3 Consumação e tentativa .....	369
11. Compra e venda de ações da sociedade (§ 1º, IV) .....	370
11.1 Sujeitos ativo e passivo .....	370
11.2 Tipo objetivo: adequação típica .....	370
11.3 Consumação e tentativa .....	372
12. Caução de ações da sociedade (§ 1º, V) .....	372
12.1 Sujeitos ativo e passivo .....	372
12.2 Tipo objetivo: adequação típica .....	372
12.3 Consumação e tentativa .....	372
13. Distribuição de lucros ou dividendos fictícios (§ 1º, VI) .....	373
13.1 Sujeitos ativo e passivo .....	373
13.2 Tipo objetivo: adequação típica .....	373
13.3 Consumação e tentativa .....	373
14. Aprovação fraudulenta de conta ou parecer (§ 1º, VII) .....	374
14.1 Sujeitos ativo e passivo .....	374
14.2 Tipo objetivo: adequação típica .....	374
14.3 Consumação e tentativa .....	374
15. Crimes de liquidante (§ 1º, VIII) .....	375
16. Crimes do representante da sociedade estrangeira (§ 1º, IX) .....	375
16.1 Sujeitos ativo e passivo .....	375
17. Crime de acionista: negociação de voto (§ 2º) .....	375
17.1 Sujeitos ativo e passivo .....	376
17.2 Tipo objetivo: adequação típica .....	376
18. Pena e ação penal .....	376
<b>CAPÍTULO XXV   EMISSÃO IRREGULAR DE CONHECIMENTO DE</b>	
<b>DEPÓSITO OU WARRANT</b>	
1. Considerações preliminares .....	377
2. Bem jurídico tutelado .....	377

3. Sujeitos ativo e passivo .....	378
4. Conhecimento de depósito e <i>warrant</i> .....	378
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	379
5.1 Elemento normativo: em desacordo com disposição legal.....	379
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	380
7. Consumação e tentativa .....	380
8. Pena e ação penal.....	380

## CAPÍTULO XXVI | FRAUDE À EXECUÇÃO

1. Considerações preliminares.....	381
2. Bem jurídico tutelado.....	382
3. Sujeitos ativo e passivo .....	382
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	382
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	384
6. Consumação e tentativa .....	384
7. Pena e ação penal.....	385

## CAPÍTULO XXVII | RECEPÇÃO

1. Considerações preliminares.....	387
2. Bem jurídico tutelado.....	388
3. Sujeitos ativo e passivo .....	389
4. Tipo objetivo: adequação típica: receptação simples .....	390
4.1 Novas figuras da Lei n. 9.426/96: receptação ou favorecimento .	393
4.2 Receptação de receptação: possibilidade.....	394
5. Significado dogmático das elementares: “sabe” e “deve saber”.....	395
5.1 Síntese dos postulados fundamentais das teorias do dolo e da culpabilidade .....	396
5.2 Sentido e função das elementares “sabe” e “deve saber” na definição do crime de receptação .....	398
6. Consumação e tentativa .....	401
7. Classificação doutrinária .....	402
8. Receptação qualificada: tipo autônomo ou derivado .....	402
8.1 Adequação típica: receptação qualificada .....	403
8.2 Receptação simples, receptação qualificada e princípio da proporcionalidade .....	406
8.3 Elemento normativo da receptação qualificada: no exercício de atividade comercial ou industrial .....	410
9. Tipo subjetivo: adequação típica: dolo direto.....	411
9.1 Elemento subjetivo especial do injusto: em proveito próprio ou alheio	413
10. Receptação culposa.....	414
11. Autonomia da receptação: independência relativa .....	416



12. “Autor de crime”: a culpabilidade não é mero pressuposto da pena ....	417
13. Perdão judicial (§ 5º, 1ª parte) .....	420
14. Receptação privilegiada (§ 5º, 2ª parte) .....	421
15. Receptação majorada (§ 6ª) .....	422
16. Pena e ação penal.....	423

#### **CAPÍTULO XXVIII | RECEPÇÃO DE SEMOVENTE DOMESTICÁVEL DE PRODUÇÃO**

1. Considerações preliminares.....	424
2. Bem jurídico tutelado e objeto material .....	426
3. Sujeitos ativo e passivo .....	427
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	427
4.1 Receptação de receptação: possibilidade limitada .....	430
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	430
5.1 Elemento subjetivo especial do injusto: produção ou comercialização de semovente domesticável .....	431
6. Consumação e tentativa.....	432
7. Classificação doutrinária .....	432
8. Pena e ação penal.....	433

#### **CAPÍTULO XXIX | DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**

1. Considerações preliminares.....	434
2. Repercussão do Estatuto do Idoso nos crimes patrimoniais .....	435
3. Imunidade penal absoluta .....	436
4. Imunidade relativa: condição de procedibilidade .....	437
5. Exclusão de imunidade ou privilégio.....	438
5.1 Concurso eventual de estranhos: coautoria ou participação.....	438

#### **CAPÍTULO XXX | VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL**

1. Considerações preliminares.....	440
2. Bem jurídico tutelado.....	440
3. Sujeitos ativo e passivo .....	440
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	441
4.1 Inovações da Lei n. 10.695/2003 .....	441
5. Figuras qualificadas: majoração penal .....	442
5.1 Intuito de lucro é o fundamento da majoração penal.....	443
5.2 Elemento normativo do tipo: sem autorização.....	443
6. Repressão da ciberpirataria.....	443
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	444
8. Consumação e tentativa.....	444

9. Classificação doutrinária .....	445
10. Pena e ação penal.....	445
11. Algumas questões especiais .....	445
<b>CAPÍTULO XXXI   USURPAÇÃO DE NOME OU PSEUDÔNIMO ALHEIO</b>	
1. Considerações preliminares.....	446
<b>CAPÍTULO XXXII   AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELLECTUAL</b>	
1. Considerações preliminares.....	447
2. Natureza da ação penal .....	447
3. Prazo decadencial: geral ou especial.....	448
4. Prova do direito de ação (art. 526 do CPP): pré-constituída .....	449
<b>CAPÍTULO XXXIII   ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO</b>	
1. Considerações preliminares.....	450
2. Bem jurídico tutelado.....	451
3. Sujeitos ativo e passivo .....	452
3.1 Pessoa jurídica: impossibilidade .....	453
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	453
4.1 Formas ou meios de execução: mediante violência ou grave ameaça .....	454
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	455
6. Consumação e tentativa .....	456
7. Concurso com crimes praticados com violência .....	456
8. Classificação doutrinária .....	457
9. Pena e ação penal.....	458
<b>CAPÍTULO XXXIV   ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA</b>	
1. Considerações preliminares.....	459
2. Bem jurídico tutelado.....	460
3. Sujeitos ativo e passivo .....	460
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	460
4.1 Formas ou meios de execução: mediante violência ou grave ameaça .....	462
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	462
6. Consumação e tentativa .....	463
7. Classificação doutrinária .....	463
8. Concurso de crimes: violência tipificada .....	463
9. Pena e ação penal.....	464
<b>CAPÍTULO XXXV   ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO</b>	
1. Considerações preliminares.....	465

2. Bem jurídico tutelado.....	465
3. Sujeitos ativo e passivo .....	466
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	466
4.1 Trabalho individual e crime contra a organização do trabalho ...	467
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	467
6. Consumação e tentativa.....	467
7. Classificação doutrinária .....	468
8. Pena e ação penal.....	468

#### **CAPÍTULO XXXVI | PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PERTURBAÇÃO DA ORDEM**

1. Considerações preliminares.....	469
2. Bem jurídico tutelado.....	470
3. Sujeitos ativo e passivo .....	470
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	471
4.1 Abandono coletivo e suspensão do trabalho .....	472
4.2 Violência contra pessoa ou coisa.....	472
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	473
6. Consumação e tentativa.....	473
7. Pena e ação penal.....	474

#### **CAPÍTULO XXXVII | PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO**

1. Considerações preliminares.....	475
2. Bem jurídico tutelado.....	476
3. Sujeitos ativo e passivo .....	476
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	477
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	477
5.1 Tipicidade de greve pacífica: excepcionalmente .....	478
6. Consumação e tentativa.....	478
7. Pena e ação penal.....	478

#### **CAPÍTULO XXXVIII | INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM**

1. Considerações preliminares.....	479
2. Bem jurídico tutelado.....	479
3. Sujeitos ativo e passivo .....	480
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	480
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	481
6. Consumação e tentativa.....	481
7. Pena e ação penal.....	481

8. Questões especiais.....	481
----------------------------	-----

## **CAPÍTULO XXXIX | FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA**

1. Considerações preliminares.....	482
2. Bem jurídico tutelado.....	483
3. Sujeitos ativo e passivo .....	483
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	483
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	484
6. Consumação e tentativa .....	484
7. Novos tipos assemelhados .....	484
8. Penas e ação penal .....	484
8.1 Sanções cominadas .....	484
8.2 Natureza da ação penal .....	485
9. Questões especiais.....	485

## **CAPÍTULO XL | FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO**

1. Considerações preliminares.....	486
2. Bem jurídico tutelado.....	487
3. Sujeitos ativo e passivo .....	487
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	487
4.1 Meios executórios normativos: mediante fraude ou violência .....	488
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	488
6. Consumação e tentativa .....	489
7. Penas e ação penal .....	489

## **CAPÍTULO XLI | EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA**

1. Considerações preliminares.....	490
2. Bem jurídico tutelado.....	490
3. Sujeitos ativo e passivo .....	490
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	491
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	492
6. Consumação e tentativa .....	492
7. Pena e ação penal.....	492

## **CAPÍTULO XLII | ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO**

1. Considerações preliminares.....	493
2. Bem jurídico tutelado.....	493
3. Sujeitos ativo e passivo .....	494
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	494

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	494
6. Consumação e tentativa.....	495
7. Pena e ação penal.....	495
<b>CAPÍTULO XLIII   ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL</b>	
1. Considerações preliminares.....	496
2. Bem jurídico tutelado.....	496
3. Sujeitos ativo e passivo.....	497
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	497
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	497
6. Consumação e tentativa.....	498
7. Novo tipo penal (§ 1º).....	498
8. Pena e ação penal.....	498
9. Leis n. 9.099/95 e 9.714/98: “fundamentos” para exasperação penal..	498
<b>CAPÍTULO XLIV   ULTRAJE A CULTO E IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE ATO A ELE RELATIVO</b>	
1. Considerações preliminares.....	500
2. Bem jurídico tutelado.....	501
3. Sujeitos ativo e passivo.....	501
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	502
4.1 Escárnio por motivo de religião.....	503
4.2 Impedimento ou perturbação de culto religioso.....	503
4.3 Vilipêndio público de ato ou objeto obsceno.....	503
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	504
6. Consumação e tentativa.....	504
7. Classificação doutrinária.....	504
8. Majorante especial: com violência.....	505
9. Pena e ação penal.....	506
<b>CAPÍTULO XLV   IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE CERIMÔNIA FUNERÁRIA</b>	
1. Considerações preliminares.....	507
2. Bem jurídico tutelado.....	507
3. Sujeitos ativo e passivo.....	508
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	508
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	509
6. Consumação e tentativa.....	509
7. Figura majorada.....	509
8. Pena e ação penal.....	511

**CAPÍTULO XLVI | VIOLAÇÃO DE SEPULTURA**

1. Considerações preliminares.....	512
2. Bem jurídico tutelado.....	512
3. Sujeitos ativo e passivo .....	513
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	513
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	514
6. Consumação e tentativa.....	514
7. Furto em sepultura: tipificação .....	514
8. Classificação doutrinária .....	515
9. Pena e ação penal.....	515

**CAPÍTULO XLVII | DESTRUIÇÃO, SUBTRAÇÃO OU OCULTAÇÃO DE CADÁVER**

1. Considerações preliminares.....	516
2. Bem jurídico tutelado.....	516
3. Sujeitos ativo e passivo .....	517
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	517
4.1 Objeto material do crime: cadáver.....	518
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	519
6. Consumação e tentativa.....	519
7. Classificação doutrinária .....	519
8. Pena e ação penal.....	520

**CAPÍTULO XLVIII | VILIPÊNDIO A CADÁVER**

1. Considerações preliminares.....	521
2. Bem jurídico tutelado.....	521
3. Sujeitos ativo e passivo .....	521
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	522
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	522
6. Consumação e tentativa.....	523
7. Classificação doutrinária .....	523
8. Pena e ação penal.....	523

<i>Bibliografia</i> .....	524
---------------------------	-----

# TRATADO DE DIREITO PENAL

Cezar  
Roberto  
Bitencourt

Volume 4

## **PARTE ESPECIAL**

(Arts. 213 a 311-A)

*Crimes contra a  
dignidade sexual  
até crimes contra  
a fé pública*

16ª edição  
revista e atualizada de acordo com a  
Lei n. 14.197/2021  
2022

saraiva 

ISBN 978-85-536-0767-9 (obra completa)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

8624t Bitencourt, Cezar Roberto

Tratado de direito penal: Parte especial: crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública - arts. 213 a 311-A / Cezar Roberto Bitencourt – 16. ed. – São Paulo : Saraiva Jur, 2022. (v.4)  
736 p.

ISBN 978-65-5559-718-9 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito penal. 3. Código Penal. 4. Estupro. 5. Assédio sexual. 6. Ato obsceno. 7. Charlatanismo. 8. Curandeirismo. 9. Crimes contra a fé pública. I. Título.

CDD 345  
CDU 343

2021-3315

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343  
2. Direito penal 345

Data de fechamento da edição: 7-10-2021

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607477 CAE 777525



Av. Paulista, 901, 3ª andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC** | [sac.sets@saraivaeducacao.com.br](mailto:sac.sets@saraivaeducacao.com.br)

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência editorial e de projetos</b>	Fernando Penteado
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Fiór de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Gerência editorial Edição</b>	Isabella Sánchez de Souza Deborah Caetano de Freitas Viadana
<b>Produção editorial</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Daniela Nogueira Secondo
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Della Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Kelli Priscila Pinto Klariene Girardi
<b>Diagramação</b>	SBNigri Artes e Textos Ltda.
<b>Revisão</b>	Carmem Becker
<b>Capa</b>	IDÉE arte e comunicação
<b>Produção gráfica</b>	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Edições Loyola

STJ00113815 - V. 4



---

 ÍNDICE

<i>Publicações do Autor</i> .....	5
<i>Abreviaturas</i> .....	7
<i>Nota do Autor à 14ª edição</i> .....	39
<i>Nota do Autor à 4ª edição</i> .....	41
<i>Considerações introdutórias do Título VI da Parte Especial do Código Penal de 1940 (Dos crimes contra a dignidade sexual)</i> .....	43

**CAPÍTULO I | ESTUPRO**

1. Considerações preliminares .....	48
2. Bem jurídico tutelado .....	49
3. Sujeitos ativo e passivo .....	50
3.1 Sujeito ativo .....	50
3.2 Sujeito passivo .....	51
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	52
4.1 <i>Modus operandi</i> : violência ou grave ameaça .....	55
4.2 Dissenso da vítima: nível de resistência do ofendido .....	56
5. Importunação ofensiva ao pudor e o princípio da proporcionalidade .....	57
6. Estupro qualificado pelo resultado: lesão grave ou morte da vítima .....	59
7. Estupro e morte da vítima, intencional ou acidental: equiparação equivocada .....	60
8. Tipo subjetivo: adequação típica.....	61
9. Consumação e tentativa .....	62
10. Classificação doutrinária .....	62
11. Crime hediondo: conflito real de leis sucessivas .....	63
12. Crimes hediondos e aplicação de penas alternativas .....	63
13. Pena e ação penal .....	66

**CAPÍTULO II | VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE**

1. Considerações preliminares .....	67
2. Bem jurídico tutelado .....	69
3. Sujeitos ativo e passivo .....	70
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	70
4.1 Meio ou forma de execução das modalidades de violação sexual .....	73
4.2 Mulher “desonesta”: erro de tipo e erro de proibição .....	75
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	75

5.1	Elemento subjetivo especial do injusto: crime de tendência .....	76
6.	Consumação e tentativa .....	77
7.	Classificação doutrinária .....	77
8.	Pena e ação penal .....	78

### **CAPÍTULO III | IMPORTUNAÇÃO SEXUAL**

1.	Considerações preliminares .....	79
2.	Bem jurídico tutelado .....	81
3.	Sujeitos ativo e passivo .....	82
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	82
4.1	Na presença de alguém .....	84
4.2	Ejacular furtivamente em alguém: prática de ato libidinoso não consentido.....	85
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	87
6.	Consumação e tentativa .....	87
7.	Classificação doutrinária .....	87
8.	Majoração de pena .....	88
9.	Pena e ação penal .....	88

### **CAPÍTULO IV | ASSÉDIO SEXUAL**

1.	Considerações preliminares .....	89
2.	Bem jurídico tutelado .....	91
3.	Sujeitos do crime .....	92
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	93
4.1	Desnecessidade da prática de atos libidinosos .....	96
4.2	Condição especial: relação de hierarquia ou ascendência .....	97
4.3	Vantagem ou favorecimento sexual.....	98
5.	Patrão e empregado doméstico: abrangência da tipificação brasileira...	99
6.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	100
7.	Consumação e tentativa .....	100
8.	Classificação doutrinária .....	101
9.	<i>Onus probandi</i> : extensão e limites.....	101
10.	Importunação ofensiva ao pudor e assédio sexual .....	102
11.	Constrangimento ilegal e assédio sexual .....	102
12.	Assédio sexual e assédio moral .....	103
13.	Causas de aumento de pena .....	103
14.	Parágrafo único, vetado: razões do veto presidencial.....	104
15.	Pena e natureza da ação penal .....	104
15.1	Pena cominada .....	104
15.2	Natureza da ação penal.....	106

### **CAPÍTULO V | REGISTRO NÃO AUTORIZADODA INTIMIDADE SEXUAL**

1.	Considerações preliminares .....	107
2.	Bem jurídico tutelado .....	107

3. Sujeitos ativo e passivo .....	108
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	108
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	109
6. Consumação e tentativa.....	110
7. Classificação doutrinária .....	110
8. Majoração de pena .....	110
9. Pena e ação penal .....	111

## **CAPÍTULO VI | ESTUPRO DE VULNERÁVEL**

1. Considerações preliminares .....	113
2. A busca da verdade real e a vitimização secundária de menor vulnerável .....	113
3. Bem jurídico tutelado .....	116
4. Sujeitos ativo e passivo .....	117
4.1 Sujeito passivo que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência .....	118
5. Abrangência do conceito de vulnerabilidade e a violência implícita .....	119
5.1 A substituição da violência presumida pela violência implícita (ou presunção implícita).....	120
5.2 Distinção entre presunção absoluta e relativa e vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa .....	122
5.3 Estupro de menor de 14 anos, corrompida, prostituída e com experiência sexual das ruas .....	124
6. Tratamento discriminatório dado pelo legislador ao enfermo e deficiente mental.....	126
7. Tipo objetivo: adequação típica .....	129
7.1 Dissenso da vítima: nível de resistência do ofendido .....	130
8. Incapacidade de discernir a prática do ato: necessidade da consequência psicológica .....	131
9. Tipo subjetivo: adequação típica.....	133
9.1 Elemento subjetivo especial do injusto: crime de tendência .....	134
10. Estupro de vulnerável qualificado por lesão grave ou morte da vítima .	135
10.1 Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave (§ 3º) .....	136
10.2 Se da conduta resulta a morte da vítima (§ 4º).....	138
11. Consumação e tentativa.....	139
12. Classificação doutrinária .....	139
13. Pena e ação penal .....	139

## **CAPÍTULO VII | USO DE MENOR PARA SATISFAZER A LASCÍVIA DE OUTREM**

1. Considerações preliminares .....	141
2. Bem jurídico tutelado .....	143
3. Sujeitos ativo e passivo .....	143
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	144

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	148
6. Consumação e tentativa.....	148
7. Classificação doutrinária.....	149
8. Pena e ação penal.....	149

### **CAPÍTULO VIII | SATISFAÇÃO DE LASCÍVIA MEDIANTE PRESENÇA DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE**

1. Considerações preliminares.....	150
2. Bem jurídico tutelado.....	151
3. Sujeitos ativo e passivo.....	151
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	151
4.1 Na presença de alguém menor de quatorze anos.....	153
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	153
6. Consumação e tentativa.....	154
7. Classificação doutrinária.....	154
8. Majoração de pena.....	155
9. Pena e ação penal.....	155

### **CAPÍTULO IX | FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL**

1. Considerações preliminares.....	156
1.1 Lei n. 12.978/2014: mais um equivocado e até desnecessário texto legal.....	157
2. Bem jurídico tutelado.....	159
3. Sujeitos ativo e passivo.....	159
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	160
4.1 Menor de dezoito anos e a extensão do conceito de vulnerável... ..	162
5. Prática de libidinagem com vítima vulnerável e favorecimento da prostituição.....	164
5.1 Equivocada exclusão, como sujeito passivo, de enfermo ou deficiente mental.....	167
6. Responsabilidade penal objetiva do proprietário ou responsável pelo local onde os fatos ocorreram.....	168
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	172
8. Consumação e tentativa.....	172
9. Classificação doutrinária.....	173
10. Pena e ação penal.....	173

### **CAPÍTULO X | DIVULGAÇÃO DE CENA DE ESTUPRO, DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL E DE SEXO OU PORNOGRAFIA**

1. Considerações preliminares.....	174
2. Bem jurídico tutelado.....	175
3. Sujeitos ativo e passivo.....	175

4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	176
4.1	As diversas condutas tipificadas.....	176
4.2	A simplificação do exagero legal .....	177
4.3	Majorante e isenção de pena .....	177
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	178
6.	Causa especial de exclusão de crime .....	178
6.1	Natureza jurídica das excludentes especiais.....	178
6.2	Excludente de crime e elemento subjetivo .....	179
7.	Consumação e tentativa.....	180
8.	Classificação doutrinária .....	180
9.	Pena e ação penal .....	180

## **CAPÍTULO XI | INDUZIMENTO OU INSTIGAÇÃO A CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL**

1.	Considerações preliminares .....	181
2.	Bem jurídico tutelado .....	182
3.	Sujeitos ativo e passivo .....	182
4.	A figura secundária do partícipe e a cooperação dolosamente distinta..	183
5.	Tipo objetivo: adequação típica.....	184
6.	Incitação ou apologia de crime contra a dignidade sexual ou de seu autor.....	186
6.1	Incitação pública a crime contra a dignidade sexual.....	187
6.2	Apologia pública de crime contra a dignidade sexual ou de seu autor.....	189
6.3	Elemento normativo do tipo: publicamente.....	191
7.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	194
8.	Consumação e tentativa.....	194
9.	Classificação doutrinária .....	195
10.	Pena e ação penal .....	196

## **CAPÍTULO XII | A AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E NOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL**

1.	Considerações preliminares .....	197
2.	A confusa previsão da natureza da ação penal nos crimes contra a liberdade sexual e contra vítima vulnerável .....	198
3.	A equivocada supressão da ação penal privada: violação do exercício da liberdade sexual e da privacidade do ofendido.....	199
4.	A injustificável polêmica sobre a validade ou invalidade da Súmula 608 do STF.....	201
5.	A natureza da ação penal no crime de estupro qualificado pelo resultado morte ou lesão corporal grave da vítima e a interpretação do art. 101 do Código Penal.....	202
6.	Síntese sobre a definição de ação penal.....	205

### **CAPÍTULO XIII | DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL**

1. Causas especiais de majoração da pena nos crimes sexuais .....	206
2. Aumenta-se de um terço se o crime for cometido em determinados locais, durante a noite, com emprego de arma ou meio que dificulte a defesa da vítima .....	207
3. Violação dos princípios morais-familiares e abuso da autoridade exercida sobre a vítima .....	208
4. Revogação da causa de aumento, “ser o agente casado” .....	210
5. Aumenta-se a pena de um a dois terços quando se tratar de estupro “coletivo” ou “corretivo” .....	210
5.1 Estupro coletivo – em concurso de dois ou mais agentes .....	211
5.2 Estupro corretivo – para controlar o comportamento social ou sexual da vítima .....	212
6. Disposições gerais acrescentadas pela Lei n. 12.015/2009 .....	216
6.1 Se do crime resultar gravidez .....	217
6.2 Se o agente contamina a vítima com doença sexualmente transmissível, ou se a vítima é idosa ou pessoa com deficiência (NR) .....	218
7. Processos que devem tramitar em segredo de justiça .....	220

### **CAPÍTULO XIV | MEDIAÇÃO PARA SERVIR À LASCÍVIA DE OUTREM**

1. Considerações preliminares .....	221
2. Bem jurídico tutelado .....	222
3. Sujeitos do crime .....	222
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	223
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	223
6. Consumação e tentativa .....	223
7. Classificação doutrinária .....	224
8. Formas qualificadas .....	224
9. Concurso com crimes praticados com violência .....	224
10. Pena e ação penal .....	226

### **CAPÍTULO XV | FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL**

1. Considerações preliminares .....	227
2. Bem jurídico tutelado .....	228
3. Sujeitos ativo e passivo .....	229
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	229
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	231
6. Consumação e tentativa .....	232
7. Classificação doutrinária .....	233
8. Redefinição das formas qualificadas .....	233
9. Pena e ação penal .....	233

## **CAPÍTULO XVI | CASA DE PROSTITUIÇÃO OU ESTABELECIMENTO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL**

1. Considerações preliminares .....	235
2. Bem jurídico tutelado .....	236
3. Sujeitos ativo e passivo .....	237
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	238
4.1 Natureza e finalidade do “estabelecimento” .....	240
4.2 Hotéis e motéis de alta rotatividade: inadequação típica .....	241
5. Consentimento do ofendido e exclusão da antijuridicidade .....	242
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	244
7. Consumação e tentativa .....	245
8. Classificação doutrinária .....	245
9. Pena e ação penal .....	246

## **CAPÍTULO XVII | RUFIANISMO**

1. Considerações preliminares .....	247
2. Bem jurídico tutelado .....	248
3. Sujeitos do crime .....	248
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	249
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	250
6. Consumação e tentativa .....	250
7. Classificação doutrinária .....	251
8. Formas qualificadas.....	251
9. Concurso material de crimes versus cúmulo material de penas .....	251
10. Pena e ação penal .....	252

## **CAPÍTULO XVIII | CRIME DE PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL**

1. Considerações preliminares .....	253
2. Bem jurídico tutelado .....	254
3. Sujeitos ativo e passivo .....	255
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	256
4.1 Figura equiparada: saída de estrangeiro do território nacional....	258
5. Tipo subjetivo.....	259
6. Consumação e tentativa .....	259
7. Classificação doutrinária .....	260
8. Migração ilegal majorada ou com causas de aumento .....	260
9. Ação penal.....	262

## **CAPÍTULO XIX | ATO OBSCENO**

1. Considerações preliminares .....	263
2. Bem jurídico tutelado .....	263
3. Sujeitos do crime .....	264
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	264

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	265
6. Consumação e tentativa .....	265
7. Classificação doutrinária .....	265
8. Pena e ação penal .....	265

## **CAPÍTULO XXI** | ESCRITO OU OBJETO OBSCENO

1. Considerações preliminares .....	266
2. Bem jurídico tutelado .....	266
3. Sujeitos do crime .....	267
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	267
4.1 Descriminalização relativa a obras artísticas, literárias e científicas .....	268
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	268
6. Consumação e tentativa .....	269
7. Classificação doutrinária .....	269
8. Pena e ação penal .....	269

## **CAPÍTULO XXI** | BIGAMIA

1. Considerações preliminares .....	270
2. Bem jurídico tutelado .....	271
3. Sujeitos do crime .....	271
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	272
4.1 Análise de algumas questões controvertidas: separação judicial, união estável, casamento e divórcio no exterior .....	273
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	278
6. Consumação e tentativa .....	278
7. Classificação doutrinária .....	279
8. Pena e ação penal .....	279

## **CAPÍTULO XXII** | INDUZIMENTO A ERRO ESSENCIAL E OCULTAÇÃO DE IMPEDIMENTO

1. Considerações preliminares .....	280
2. Bem jurídico tutelado .....	280
3. Sujeitos do crime .....	281
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	281
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	282
6. Consumação e tentativa.....	282
7. Classificação doutrinária .....	282
8. Pena e ação penal .....	282

## **CAPÍTULO XXIII** | CONHECIMENTO PRÉVIO DE IMPEDIMENTO

1. Considerações preliminares .....	283
2. Bem jurídico tutelado .....	283
3. Sujeitos do crime .....	284



4. Tipo objetivo: adequação típica .....	284
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	284
6. Consumação e tentativa.....	285
7. Classificação doutrinária .....	285
8. Questões especiais .....	285
9. Pena e ação penal .....	285

#### **CAPÍTULO XXIV | SIMULAÇÃO DE AUTORIDADE PARA CELEBRAÇÃO DE CASAMENTO**

1. Considerações preliminares .....	286
2. Bem jurídico tutelado .....	286
3. Sujeitos do crime .....	286
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	287
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	287
6. Consumação e tentativa.....	288
7. Classificação doutrinária .....	288
8. Questões especiais .....	289
9. Pena e ação penal .....	289

#### **CAPÍTULO XXV | SIMULAÇÃO DE CASAMENTO**

1. Considerações preliminares .....	290
2. Bem jurídico tutelado .....	290
3. Sujeitos do crime .....	291
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	291
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	291
6. Consumação e tentativa.....	292
7. Classificação doutrinária .....	292
8. Pena e ação penal .....	292

#### **CAPÍTULO XXVI | REGISTRO DE NASCIMENTO INEXISTENTE**

1. Considerações preliminares .....	293
2. Bem jurídico tutelado .....	293
3. Sujeitos do crime .....	294
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	294
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	294
6. Consumação e tentativa.....	295
7. Classificação doutrinária .....	295
8. Pena e ação penal .....	295

#### **CAPÍTULO XXVII | PARTO SUPOSTO. SUPRESSÃO OU ALTERAÇÃO DE DIREITO INERENTE AO ESTADO CIVIL DE RECÉM-NASCIDO**

1. Considerações preliminares .....	296
2. Bem jurídico tutelado .....	296
3. Sujeitos do crime .....	297

4. Tipo objetivo: adequação típica.....	297
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	297
6. Consumação e tentativa.....	298
7. Classificação doutrinária .....	298
8. Forma privilegiada.....	298
9. Pena e ação penal .....	298

## **CAPÍTULO XXVIII | SONEGAÇÃO DE ESTADO DE FILIAÇÃO**

1. Considerações preliminares .....	299
2. Bem jurídico tutelado .....	299
3. Sujeitos do crime .....	299
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	300
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	300
6. Consumação e tentativa.....	300
7. Classificação doutrinária .....	300
8. Limitação à liberdade de prova penal .....	301
9. Pena e ação penal .....	301

## **CAPÍTULO XXIX | ABANDONO MATERIAL**

1. Considerações preliminares .....	302
2. Bem jurídico tutelado .....	303
3. Sujeitos do crime .....	303
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	303
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	304
6. Consumação e tentativa.....	304
7. Classificação doutrinária .....	304
8. Questões especiais .....	305
9. Pena e ação penal .....	305

## **CAPÍTULO XXX | ENTREGA DE FILHO MENOR A PESSOA INIDÔNEA**

1. Considerações preliminares .....	306
2. Bem jurídico tutelado .....	306
3. Sujeitos do crime .....	307
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	307
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	307
6. Consumação e tentativa.....	307
7. Classificação doutrinária .....	307
8. Forma qualificada (§ 1º).....	308
9. Questões especiais .....	308
10. Pena e ação penal .....	308

## **CAPÍTULO XXXI | ABANDONO INTELECTUAL**

1. Considerações preliminares .....	309
2. Bem jurídico tutelado .....	309
3. Sujeitos do crime .....	309

4. Tipo objetivo: adequação típica.....	310
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	310
6. Consumação e tentativa.....	310
7. Classificação doutrinária .....	310
8. Pena e ação penal .....	310

## **CAPÍTULO XXXII | ABANDONO MORAL**

1. Considerações preliminares .....	311
2. Bem jurídico tutelado .....	311
3. Sujeitos do crime .....	311
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	311
4.1 Habitualidade .....	312
4.2 Pessoa viciosa ou de má vida.....	312
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	312
6. Consumação e tentativa.....	313
7. Classificação doutrinária .....	313
8. Questões especiais .....	313
9. Pena e ação penal .....	313

## **CAPÍTULO XXXIII | INDUZIMENTO A FUGA, ENTREGA ARBITRÁRIA OU SONEGAÇÃO DE INCAPAZES**

1. Considerações preliminares .....	314
2. Bem jurídico tutelado .....	314
3. Sujeitos do crime .....	315
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	315
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	315
6. Consumação e tentativa.....	315
7. Classificação doutrinária .....	315
8. Questões especiais .....	316
9. Pena e ação penal .....	316

## **CAPÍTULO XXXIV | SUBTRAÇÃO DE INCAPAZES**

1. Considerações preliminares .....	317
2. Bem jurídico tutelado .....	317
3. Sujeitos do crime .....	318
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	318
4.1 Fuga do menor: atipicidade.....	318
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	319
6. Consumação e tentativa.....	319
7. Classificação doutrinária .....	319
8. Subtração de incapazes e outros crimes .....	319
9. Perdão judicial.....	319
10. Questões especiais .....	320
11. Pena e ação penal .....	320

**CAPÍTULO XXXV | INCÊNDIO**

1. Bem jurídico tutelado .....	322
2. Sujeitos do crime .....	322
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	322
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	323
5. Consumação e tentativa.....	323
6. Classificação doutrinária .....	323
7. Formas qualificadas .....	323
8. Forma culposa .....	324
9. Concurso com o crime de homicídio.....	324
10. Incêndio em mata ou floresta: crime ambiental.....	324
11. A materialidade do crime de incêndio: necessidade de prova técnica.....	325
12. Questões especiais .....	325
13. Pena e ação penal .....	325

**CAPÍTULO XXXVI | EXPLOSÃO**

1. Bem jurídico tutelado .....	326
2. Sujeitos do crime .....	327
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	327
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	327
5. Consumação e tentativa.....	327
6. Classificação doutrinária .....	327
7. Formas privilegiada, majorada e culposa .....	328
8. Dano qualificado.....	328
9. Questões especiais .....	328
10. Pena e ação penal .....	328

**CAPÍTULO XXXVII | USO DE GÁS TÓXICO OU ASFIXIANTE**

1. Bem jurídico tutelado .....	329
2. Sujeitos do crime .....	329
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	329
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	330
5. Consumação e tentativa.....	330
6. Classificação doutrinária .....	330
7. Forma culposa .....	331
8. Letalidade do gás: irrelevância .....	331
9. Questões especiais .....	331
10. Pena e ação penal .....	331

**CAPÍTULO XXXVIII | FABRICO, FORNECIMENTO, AQUISIÇÃO, POSSE OU TRANSPORTE DE EXPLOSIVOS OU GÁS TÓXICO, OU ASFIXIANTE**

1. Bem jurídico tutelado .....	332
2. Sujeitos do crime .....	332

3. Tipo objetivo: adequação típica.....	332
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	333
5. Consumação e tentativa.....	333
6. Classificação doutrinária .....	333
7. Questões especiais .....	334
8. Pena e ação penal .....	334

### **CAPÍTULO XXXIX | INUNDAÇÃO**

1. Bem jurídico tutelado .....	335
2. Sujeitos do crime .....	335
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	335
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	335
5. Consumação e tentativa.....	336
6. Classificação doutrinária .....	336
7. Forma culposa .....	336
8. Inundação e perigo de inundação .....	336
9. Questões especiais .....	336
10. Pena e ação penal .....	337

### **CAPÍTULO XL | PERIGO DE INUNDAÇÃO**

1. Bem jurídico tutelado .....	338
2. Sujeitos do crime .....	338
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	338
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	339
5. Consumação e tentativa.....	339
6. Classificação doutrinária .....	339
7. Pena e ação penal .....	339

### **CAPÍTULO XLI | DESABAMENTO OU DESMORONAMENTO**

1. Bem jurídico tutelado .....	340
2. Sujeitos do crime .....	340
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	340
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	341
5. Consumação e tentativa.....	341
6. Classificação doutrinária .....	341
7. Pena e ação penal .....	342

### **CAPÍTULO XLII | SUBTRAÇÃO, OCULTAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE SALVAMENTO**

1. Bem jurídico tutelado .....	343
2. Sujeitos do crime .....	343
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	343
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	344
5. Consumação e tentativa.....	344

6. Classificação doutrinária .....	344
7. Pena e ação penal .....	345

### **CAPÍTULO XLIII | FORMAS QUALIFICADAS DE CRIME DE PERIGO COMUM**

1. Crime de perigo comum qualificado pelo resultado .....	346
2. Majoração da pena .....	347
3. Concurso de crimes .....	347
4. Aplicação extensiva desta qualificadora por previsão do art. 263 .....	347

### **CAPÍTULO XLIV | DIFUSÃO DE DOENÇA OU PRAGA**

1. Bem jurídico tutelado .....	349
2. Sujeitos do crime .....	349
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	349
4. Tipo subjetivo: adequação típica .....	350
5. Consumação e tentativa .....	350
6. Classificação doutrinária .....	350
7. Forma culposa .....	350
8. Questões especiais .....	351
9. Pena e ação penal .....	351

### **CAPÍTULO XLV | PERIGO DE DESASTRE FERROVIÁRIO**

1. Bem jurídico tutelado .....	352
2. Sujeitos do crime .....	353
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	353
4. Tipo subjetivo: adequação típica .....	353
5. Consumação e tentativa .....	354
6. Classificação doutrinária .....	354
7. Forma qualificada .....	354
8. Forma culposa .....	354
9. Atividade de cunho político .....	354
10. Questões especiais .....	355
11. Pena e ação penal .....	355

### **CAPÍTULO XLVI | ATENTADO CONTRA A SEGURANÇA DE TRANSPORTE MARÍTIMO, FLUVIAL OU AÉREO**

1. Considerações preliminares .....	356
2. Bem jurídico tutelado .....	357
3. Sujeitos do crime .....	357
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	358
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	359
6. Consumação e tentativa .....	360
7. Classificação doutrinária .....	360
8. Crime preterdoloso: sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo .	360
8.1 Crime preterdoloso e crime qualificado pelo resultado.....	361

9. Forma culposa do atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo .....	362
10. Questões especiais .....	363
11. Pena e ação penal .....	364

## **CAPÍTULO XLVII | ATENTADO CONTRA A SEGURANÇA DE OUTRO MEIO DE TRANSPORTE**

1. Bem jurídico tutelado .....	365
2. Sujeitos do crime .....	365
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	365
4. Tipo subjetivo: adequação típica .....	366
5. Consumação e tentativa .....	366
6. Forma qualificada .....	366
7. Classificação doutrinária .....	366
8. Forma culposa .....	367
9. Questões especiais .....	367
10. Pena e ação penal .....	367

## **CAPÍTULO XLVIII | ARREMESSO DE PROJÉTIL**

1. Bem jurídico tutelado .....	368
2. Sujeitos do crime .....	368
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	368
4. Tipo subjetivo: adequação típica .....	369
5. Consumação e tentativa .....	369
6. Classificação doutrinária .....	369
7. Forma qualificada .....	370
8. Questões especiais .....	370
9. Pena e ação penal .....	370

## **CAPÍTULO XLIX | ATENTADO CONTRA A SEGURANÇA DE SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA**

1. Bem jurídico tutelado .....	371
2. Sujeitos do crime .....	371
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	371
4. Tipo subjetivo: adequação típica .....	372
5. Consumação e tentativa .....	372
6. Classificação doutrinária .....	372
7. Forma majorada .....	372
8. Questões especiais .....	373
9. Pena e ação penal .....	373

## **CAPÍTULO L | INTERRUPTÃO OU PERTURBAÇÃO DE SERVIÇO TELEGRÁFICO, TELEFÔNICO, INFORMÁTICO, TELEMÁTICO OU DE INFORMAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**

1. Bem jurídico tutelado .....	374
--------------------------------	-----

2. Sujeitos do crime .....	374
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	375
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	375
5. Consumação e tentativa.....	376
6. Classificação doutrinária .....	376
7. Forma majorada .....	376
8. Questões especiais .....	376
9. Pena e ação penal .....	376

*Considerações introdutórias do Capítulo III do Título VIII da Parte Especial do Código Penal de 1940 (Dos crimes contra a saúde pública)*

### **CAPÍTULO LI | EPIDEMIA**

1. Considerações preliminares .....	379
2. Bem jurídico tutelado .....	380
3. Sujeitos do crime .....	380
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	380
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	381
6. Consumação e tentativa.....	382
7. Classificação doutrinária .....	383
8. Forma qualificada.....	384
9. Forma culposa.....	384
10. Pena e ação penal .....	384

### **CAPÍTULO LII | INFRAÇÃO DE MEDIDA SANITÁRIA PREVENTIVA**

1. Considerações preliminares .....	386
2. Bem jurídico tutelado .....	387
3. Sujeitos do crime .....	387
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	388
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	388
6. Consumação e tentativa.....	389
7. Classificação doutrinária .....	389
8. Forma majorada pela qualidade do sujeito ativo e forma qualificada pelo resultado.....	390
9. Questões especiais .....	391
10. Pena e ação penal .....	392

### **CAPÍTULO LIII | OMISSÃO DE NOTIFICAÇÃO DE DOENÇA**

1. Considerações preliminares .....	393
2. Bem jurídico tutelado .....	394
3. Sujeitos do crime .....	394
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	394
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	395
6. Consumação e tentativa.....	395



7. Classificação doutrinária .....	395
8. Questões especiais .....	396
9. Forma qualificada.....	396
10. Pena e ação penal .....	396

#### **CAPÍTULO LIV | ENVENENAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL OU DE SUBSTÂNCIA ALIMENTÍCIA OU MEDICINAL**

1. Considerações preliminares .....	397
2. Bem jurídico tutelado .....	397
3. Sujeitos do crime .....	398
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	398
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	400
6. Consumação e tentativa.....	400
7. Classificação doutrinária .....	401
8. Forma culposa .....	401
9. Forma qualificada.....	402
10. Pena e ação penal .....	402

#### **CAPÍTULO LV | CORRUPÇÃO OU POLUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL**

1. Considerações preliminares .....	403
2. Bem jurídico tutelado .....	404
3. Sujeitos do crime .....	405
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	405
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	407
6. Consumação e tentativa.....	407
7. Classificação doutrinária .....	407
8. Forma culposa .....	408
9. Questões especiais .....	408
10. Forma qualificada.....	408
11. Pena e ação penal .....	408

#### **CAPÍTULO LVI | FALSIFICAÇÃO, CORRUPÇÃO, ADULTERAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE SUBSTÂNCIA OU PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**

1. Considerações preliminares .....	409
2. Bem jurídico tutelado .....	410
3. Sujeitos do crime .....	411
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	412
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	413
6. Consumação e tentativa.....	413
7. Classificação doutrinária .....	414
8. Forma culposa .....	414
9. Forma qualificada.....	415
10. Pena e ação penal .....	415

## **CAPÍTULO LVII | FALSIFICAÇÃO, CORRUPÇÃO, ADULTERAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE PRODUTO DESTINADO A FINS TERAPÊUTICOS OU MEDICINAIS**

1. Considerações preliminares .....	417
2. Bem jurídico tutelado .....	419
3. Sujeitos do crime .....	419
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	420
4.1 Inclusão de novos objetos materiais e de formas equiparadas de ação .....	420
5. A desproporcional cominação de penas e sua inconstitucionalidade .....	422
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	428
7. Consumação e tentativa.....	428
7.1 A (im)possibilidade de concurso de crimes .....	429
7.2 A admissibilidade de tentativa.....	430
8. Classificação doutrinária .....	430
9. Forma culposa .....	430
10. Forma qualificada.....	431
11. Pena e ação penal .....	431

## **CAPÍTULO LVIII | EMPREGO DE PROCESSO PROIBIDO OU DE SUBSTÂNCIA NÃO PERMITIDA**

1. Considerações preliminares .....	432
2. Bem jurídico tutelado .....	433
3. Sujeitos do crime .....	433
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	433
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	436
6. Consumação e tentativa.....	436
7. Classificação doutrinária .....	436
8. Questões especiais .....	437
9. Forma qualificada.....	437
10. Pena e ação penal .....	437

## **CAPÍTULO LIX | INVÓLUCRO OU RECIPIENTE COM FALSA INDICAÇÃO**

1. Considerações preliminares .....	438
2. Bem jurídico tutelado .....	439
3. Sujeitos do crime .....	439
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	439
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	440
6. Consumação e tentativa.....	441
7. Classificação doutrinária .....	441
8. Questões especiais .....	441
9. Forma qualificada.....	441
10. Pena e ação penal .....	442

## **CAPÍTULO LX | PRODUTO OU SUBSTÂNCIA NAS CONDIÇÕES DOS DOIS ARTIGOS ANTERIORES**

1. Considerações preliminares .....	443
2. Bem jurídico tutelado .....	443
3. Sujeitos do crime .....	444
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	444
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	445
6. Consumação e tentativa .....	446
7. Classificação doutrinária .....	447
8. Forma qualificada .....	447
9. Pena e ação penal .....	447

## **CAPÍTULO LXI | SUBSTÂNCIA DESTINADA À FALSIFICAÇÃO**

1. Considerações preliminares .....	448
2. Bem jurídico tutelado .....	448
3. Sujeitos do crime .....	449
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	449
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	450
6. Consumação e tentativa .....	450
7. Classificação doutrinária .....	451
8. Questões especiais .....	451
9. Forma qualificada .....	451
10. Pena e ação penal .....	452

## **CAPÍTULO LXII | OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE PÚBLICA**

1. Considerações preliminares .....	453
2. Bem jurídico tutelado .....	454
3. Sujeitos do crime .....	454
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	454
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	456
6. Consumação e tentativa .....	457
7. Classificação doutrinária .....	457
8. Forma culposa .....	458
9. Questões especiais .....	458
10. Forma qualificada .....	458
11. Pena e ação penal .....	458

## **CAPÍTULO LXIII | MEDICAMENTO EM DESACORDO COM RECEITA MÉDICA**

1. Considerações preliminares .....	459
2. Bem jurídico tutelado .....	459
3. Sujeitos do crime .....	460
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	460

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	461
6. Consumação e tentativa.....	461
7. Classificação doutrinária .....	461
8. Forma culposa (parágrafo único).....	461
9. Forma qualificada.....	462
10. Pena e ação penal .....	462

#### **CAPÍTULO LXIV | EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA, ARTE DENTÁRIA OU FARMACÊUTICA**

1. Considerações preliminares .....	463
2. Bem jurídico tutelado .....	463
3. Sujeitos do crime .....	464
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	464
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	465
6. Consumação e tentativa.....	466
7. Classificação doutrinária .....	466
8. Exercício ilegal de outras profissões.....	466
9. Forma qualificada.....	466
10. Pena e ação penal .....	467

#### **CAPÍTULO LXV | CHARLATANISMO**

1. Considerações preliminares .....	468
2. Bem jurídico tutelado .....	469
3. Sujeitos do crime .....	469
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	469
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	470
6. Consumação e tentativa.....	470
7. Classificação doutrinária .....	470
8. Forma qualificada.....	471
9. Pena e ação penal .....	471

#### **CAPÍTULO LXVI | CURANDEIRISMO**

1. Considerações preliminares .....	472
2. Bem jurídico tutelado .....	472
3. Sujeitos do crime .....	473
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	473
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	475
6. Consumação e tentativa.....	475
7. Classificação doutrinária .....	475
8. Forma qualificada.....	476
9. Concurso com outros crimes .....	476
10. Pena e ação penal .....	477

#### **CAPÍTULO LXVII | INCITAÇÃO AO CRIME**

1. Considerações preliminares .....	478
-------------------------------------	-----

2.	Crimes contra “a ordem pública” <i>versus</i> crimes contra “a paz pública” ....	479
3.	Bem jurídico tutelado .....	481
4.	Sujeitos do crime .....	483
5.	Tipo objetivo: adequação típica .....	484
5.1	Incitação à prática de fato determinado .....	485
5.2	Elemento normativo do tipo: publicamente .....	486
5.3	Formas ou meios de execução: crime de forma livre .....	488
6.	Tipo subjetivo: adequação típica .....	488
7.	Consumação e tentativa .....	489
8.	Questões especiais .....	490
9.	Classificação doutrinária .....	490
10.	Pena e ação penal .....	490

## CAPÍTULO LXVIII | APOLOGIA DE CRIME OU CRIMINOSO

1.	Considerações preliminares .....	492
2.	Bem jurídico tutelado .....	492
3.	Sujeitos do crime .....	493
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	493
4.1	“Fato criminoso” e “autor de crime”: reflexão político-criminal sobre apologia criminosa .....	496
4.2	Elementares “fato criminoso” e “autor de crime” – tipicidade estrita .....	498
5.	Tipo subjetivo: adequação típica .....	501
6.	Consumação e tentativa .....	501
7.	Classificação doutrinária .....	501
8.	Questões especiais: inocorrência de concurso de crimes .....	502
9.	Pena e ação penal .....	502

## CAPÍTULO LXIX | ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA

1.	Considerações preliminares .....	503
2.	Criminalidade organizada, criminalidade moderna e criminalidade de massa .....	504
2.1	Criminalidade moderna e delinquência econômica .....	509
3.	Bem jurídico tutelado no crime de associação criminosa .....	513
4.	A definição legal de organização criminosa em nosso ordenamento jurídico .....	514
4.1	Conflito entre as Leis n. 12.694/2012 e 12.850/2013: haveria dois tipos de organização criminosa .....	516
4.2	Lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa: inaplicabilidade da causa de aumento prevista no § 4º do art. 1º da Lei n. 9.613/98 .....	519
5.	Sujeitos do crime de associação criminosa .....	520
5.1	Sujeito ativo .....	520
5.2	Sujeito passivo .....	521

6. Tipo objetivo: adequação típica.....	521
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	524
7.1 Elemento subjetivo especial do tipo.....	525
8. Consumação e tentativa.....	525
9. Classificação doutrinária.....	526
10. Forma majorada: elevação até a metade.....	526
11. Associação criminosa e concurso com os crimes por ela praticados.....	527
12. Associação criminosa e concurso eventual de pessoas.....	529
13. Pena e ação penal.....	530

## **CAPÍTULO LXX | CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA**

1. Considerações preliminares.....	531
2. Bem jurídico tutelado.....	531
3. Sujeitos do crime.....	533
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	534
4.1 Distinção entre o crime de constituição de milícia privada e os crimes praticados por seus integrantes.....	538
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	539
6. Consumação e tentativa.....	540
7. Classificação doutrinária.....	541
8. A desproporcional cominação de penas e sua questionável constitucionalidade.....	541
9. Pena e ação penal.....	543

## **CAPÍTULO LXXI | ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA**

1. Considerações preliminares.....	544
2. Criminalidade organizada, criminalidade moderna e criminalidade de massa.....	545
3. A definição legal de organização criminosa no Brasil.....	549
3.1 Organização criminosa estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas.....	550
3.2 Com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza.....	555
3.3 Mediante a prática de infrações penais com penas superiores a quatro anos.....	556
3.4 Mediante a prática de infrações penais de caráter transnacional.....	557
4. Conflito entre as Leis n. 12.694/2012 e n. 12.850/2013: haveria dois tipos de organização criminosa.....	558
5. Lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa: inaplicabilidade da causa de aumento prevista no § 4º do art. 1º da Lei n. 9.613/98.....	561

## **CAPÍTULO LXXII | PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA**

1. Considerações preliminares.....	564
2. Bem jurídico tutelado no crime de organização criminosa.....	565

3.	Sujeitos do crime de organização criminosa.....	568
3.1	Sujeito ativo.....	568
3.2	Sujeito passivo.....	569
4.	Tipo objetivo: adequação típica.....	570
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	572
5.1	Elemento subjetivo especial do tipo.....	573
6.	Organização criminosa e concurso com os crimes por ela praticados....	573
7.	Causas especiais de aumento de pena e agravante genérica.....	575
7.1	Atenuante legal específica: exercer comando, individual ou coletivo de organização criminosa.....	576
7.2	Causa de aumento: se houver emprego de arma de fogo na atuação da organização criminosa (§ 2º).....	577
7.3	Outras causas de aumento: de um sexto a dois terços.....	577
8.	Afastamento cautelar de funcionário público integrante de organização criminosa.....	578
8.1	Perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e interdição funcional.....	581
9.	Participação de policial em crimes relativos à organização criminosa ...	582
9.1	Ilegitimidade de investigação criminal realizada diretamente pelo Ministério Público.....	583
9.2	A investigação criminal e o exercício da função de Polícia Judiciária.....	585
10.	<i>Consumação e tentativa.....</i>	<i>589</i>
11.	<i>Classificação doutrinária.....</i>	<i>590</i>
12.	<i>Penas e natureza da ação penal.....</i>	<i>590</i>

### **CAPÍTULO LXXIII | IMPEDIR OU EMBARAÇAR INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

1.	Considerações preliminares.....	591
2.	Bem jurídico tutelado deste crime.....	591
3.	Sujeitos do crime.....	591
4.	Tipo objetivo: adequação típica.....	592
4.1	Elementares implícitas ou exercício regular de direito.....	593
4.2	Omissão do texto legal: interpretação versus analogia.....	595
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	598
6.	Classificação doutrinária.....	599
7.	Consumação e tentativa.....	599
8.	Penas e ação penal.....	600

### **CAPÍTULO LXXIV | MOEDA FALSA**

1.	Considerações preliminares.....	602
2.	Bem jurídico tutelado.....	602
3.	Sujeitos do crime.....	603
4.	Tipo objetivo: adequação típica.....	603

4.1 Objeto material: moeda metálica ou papel-moeda de curso legal	605
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	607
6. Classificação doutrinária .....	608
7. Consumação e tentativa.....	609
8. Crime subsequente à falsificação (§ 1º): circulação de moeda falsa .....	609
8.1 Sujeito ativo da circulação de moeda falsa .....	612
9. Figura privilegiada: restituir à circulação moeda falsa recebida de boa-fé .....	612
10. Figura qualificada (§ 3º): fabricação ou emissão irregular de moeda ....	613
10.1 Sujeitos do crime.....	615
11. Desvio e circulação antecipada de moeda .....	616
12. Pena e ação penal .....	617

## **CAPÍTULO LXXV | CRIMES ASSIMILADOS AO DE MOEDA FALSA**

1. Considerações preliminares .....	618
2. Bem jurídico tutelado .....	619
3. Sujeitos do crime .....	619
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	619
4.1 Atipicidade do recebimento ou aquisição de papel-moeda de boa-fé.....	623
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	623
6. Consumação e tentativa .....	624
7. Classificação doutrinária .....	624
8. Forma qualificada: crime funcional <i>sui generis</i> .....	625
9. Pena e ação penal .....	626

## **CAPÍTULO LXXVI | PETRECHOS PARA FALSIFICAÇÃO DE MOEDA**

1. Considerações preliminares .....	627
2. Bem jurídico tutelado .....	627
3. Sujeitos do crime .....	628
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	628
4.1 Portar “petrechos para falsificação de moeda” e direito penal de autor .....	630
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	631
6. Consumação e tentativa .....	632
7. Classificação doutrinária .....	633
8. Pena e ação penal .....	634

## **CAPÍTULO LXXVII | EMISSÃO DE TÍTULO AO PORTADORSEM PERMISSÃO LEGAL**

1. Considerações preliminares .....	635
2. Bem jurídico tutelado .....	635
3. Sujeitos do crime .....	636
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	637



4.1	Objeto material da emissão de título ao portador: nota, bilhete, ficha, vale ou título ao portador.....	637
4.2	Elemento normativo do tipo: sem permissão legal.....	639
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	640
6.	Consumação e tentativa.....	641
7.	Classificação doutrinária .....	641
8.	Pena e ação penal .....	642

## **CAPÍTULO LXXVIII | FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS**

1.	Considerações preliminares .....	644
2.	Bem jurídico tutelado .....	644
3.	Sujeitos do crime .....	645
4.	Tipo objetivo: adequação típica.....	645
4.1	Inovações da Lei n. 11.035/2004 .....	646
4.2	<i>Post factum</i> impunível e exaurimento do crime.....	646
4.3	Selo falsificado destinado a controle tributário .....	647
4.4	Responsabilidade penal dos camelôs (§ 5º) .....	648
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	648
6.	Consumação e tentativa.....	648
7.	Classificação doutrinária .....	648
8.	Formas privilegiada e majorada.....	649
9.	Questões especiais .....	649
10.	Pena e ação penal .....	649

## **CAPÍTULO LXXIX | PETRECHOS DE FALSIFICAÇÃO**

1.	Considerações preliminares .....	650
2.	Bem jurídico tutelado .....	650
3.	Sujeitos do crime .....	651
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	651
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	653
6.	Consumação e tentativa.....	653
7.	Classificação doutrinária .....	655
8.	Majorante: causa de aumento de pena.....	655
9.	Pena e ação penal .....	655

## **CAPÍTULO LXXX | FALSIFICAÇÃO DO SELO OU SINAL PÚBLICO**

1.	Considerações preliminares .....	657
2.	Bem jurídico tutelado .....	658
3.	Sujeitos do crime .....	658
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	658
4.1	Objeto material: selo e sinal públicos.....	659
5.	Uso de selos ou sinais falsificados (§ 1º, I).....	660
6.	Utilização indevida de selo ou sinal verdadeiro (§ 1º, II).....	661
7.	Falsificação ou uso indevido de símbolos da Administração Pública....	661

8. Tipo subjetivo: adequação típica.....	662
9. Consumação e tentativa.....	662
10. Classificação doutrinária .....	663
11. Forma majorada: funcionário público prevalecendo-se do cargo .....	663
12. Pena e ação penal .....	664

## **CAPÍTULO LXXXI | FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO**

1. Considerações preliminares .....	666
2. Bem jurídico tutelado .....	666
3. Sujeitos do crime .....	666
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	666
4.1 Documento público.....	667
5. Folha de pagamento ou documento de informações (§ 3º, I).....	667
5.1 Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado (II) .....	667
5.2 Documento contábil ou qualquer outro documento (III).....	668
6. Falsidade ideológica confundida com falsidade material.....	668
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	669
8. Consumação e tentativa.....	669
9. Classificação doutrinária .....	669
10. Algumas questões especiais sobre falsificação .....	669
11. Pena e ação penal .....	670

## **CAPÍTULO LXXXII | FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR**

1. Considerações preliminares .....	671
2. Bem jurídico tutelado .....	671
3. Sujeitos do crime .....	671
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	672
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	672
6. Consumação e tentativa.....	672
7. Classificação doutrinária .....	672
8. Questões especiais .....	673
9. Pena e ação penal .....	673

## **CAPÍTULO LXXXIII | FALSIDADE IDEOLÓGICA**

1. Considerações preliminares. ....	674
2. Bem jurídico tutelado .....	675
3. Sujeitos do crime .....	675
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	675
4.1 Falsidade ideológica e falsidade material: distinção.....	676
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	676
6. Consumação e tentativa.....	676
7. Classificação doutrinária .....	677
8. Figuras majoradas da falsidade ideológica .....	677

9. Algumas questões especiais.....	677
10. Pena e ação penal .....	678

#### **CAPÍTULO LXXXIV | FALSO RECONHECIMENTO DE FIRMA OU LETRA**

1. Considerações preliminares .....	679
2. Bem jurídico tutelado .....	679
3. Sujeitos do crime .....	680
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	680
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	681
6. Consumação e tentativa.....	681
7. Classificação doutrinária .....	682
8. Questões especiais .....	682
9. Pena e ação penal .....	682

#### **CAPÍTULO LXXXV | CERTIDÃO OU ATESTADO IDEOLOGICAMENTE FALSO**

1. Considerações preliminares .....	683
2. Bem jurídico tutelado .....	684
3. Sujeitos do crime .....	684
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	684
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	686
6. Consumação e tentativa.....	687
7. Classificação doutrinária .....	687
8. Questões especiais .....	688
9. Pena e ação penal .....	688

#### **CAPÍTULO LXXXVI | FALSIDADE DE ATESTADO MÉDICO**

1. Considerações preliminares .....	689
2. Bem jurídico tutelado.....	689
3. Sujeitos do crime .....	690
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	690
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	690
6. Consumação e tentativa.....	691
7. Classificação doutrinária .....	691
8. Questões especiais .....	691
9. Pena e ação penal .....	691

#### **CAPÍTULO LXXXVII | REPRODUÇÃO OU ADULTERAÇÃO DE SELO OU PEÇA FILATÉLICA**

1. Bem jurídico tutelado .....	692
2. Sujeitos do crime .....	692
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	692
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	693

5. Consumação e tentativa .....	693
6. Classificação doutrinária .....	693
7. Questões especiais .....	693
8. Pena e ação penal .....	693

### **CAPÍTULO LXXXVIII | USO DE DOCUMENTO FALSO**

1. Bem jurídico tutelado .....	694
2. Sujeitos do crime .....	694
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	694
3.1 Uso de documento falso: um tipo remetido .....	695
3.2 Falsificação de documento e uso de documento falso.....	695
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	696
5. Consumação e tentativa.....	696
6. Classificação doutrinária .....	696
7. Questões especiais .....	697
8. Pena e ação penal .....	697

### **CAPÍTULO LXXXIX | SUPRESSÃO DE DOCUMENTO**

1. Bem jurídico tutelado .....	698
2. Sujeitos do crime .....	698
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	698
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	699
5. Consumação e tentativa.....	699
6. Classificação doutrinária .....	699
7. Supressão de documento e crime de dano .....	699
8. Questões especiais .....	700
9. Pena e ação penal .....	700

### **CAPÍTULO XC | FALSIFICAÇÃO DO SINAL EMPREGADO NO CONTRASTE DE METAL PRECIOSO OU NA FISCALIZAÇÃO ALFANDEGÁRIA,OU PARA OUTROS FINS**

1. Bem jurídico tutelado .....	701
2. Sujeitos do crime .....	701
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	702
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	702
5. Consumação e tentativa.....	702
6. Classificação doutrinária .....	702
7. Questões especiais .....	703
8. Pena e ação penal .....	703

### **CAPÍTULO XCI | FALSA IDENTIDADE**

1. Bem jurídico tutelado .....	704
2. Sujeitos do crime .....	704
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	704

4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	705
5. Consumação e tentativa.....	705
6. Classificação doutrinária .....	705
7. Questões especiais .....	705
8. Pena e ação penal .....	705

## **CAPÍTULO XCII | USO, COMO PRÓPRIO, DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE ALHEIO**

1. Bem jurídico tutelado .....	706
2. Sujeitos do crime .....	706
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	706
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	707
5. Consumação e tentativa.....	707
6. Classificação doutrinária .....	707
7. Questões especiais .....	707
8. Pena e ação penal .....	707

## **CAPÍTULO XCIII | FRAUDE DE LEI SOBRE ESTRANGEIROS**

1. Bem jurídico tutelado .....	708
2. Sujeitos do crime .....	708
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	708
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	709
5. Consumação e tentativa.....	709
6. Classificação doutrinária .....	709
7. Questões especiais .....	709
8. Pena e ação penal .....	710

## **CAPÍTULO XCIV | SIMULAÇÃO DA FIGURA DE PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR EM NOME DE ESTRANGEIRO**

1. Bem jurídico tutelado .....	711
2. Sujeitos do crime .....	711
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	711
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	712
5. Consumação e tentativa.....	712
6. Classificação doutrinária .....	712
7. Questões especiais .....	712
8. Pena e ação penal .....	712

## **CAPÍTULO XCV | ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR**

1. Bem jurídico tutelado .....	713
2. Sujeitos do crime .....	713
3. Tipo objetivo: adequação típica .....	713
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	714

5. Consumação e tentativa .....	714
6. Classificação doutrinária .....	714
7. Figura majorada .....	714
8. Questões especiais .....	715
9. Pena e ação penal .....	715

## **CAPÍTULO XCVI | FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO**

1. Considerações preliminares .....	716
2. Bem jurídico tutelado .....	717
3. Sujeitos ativo e passivo do crime .....	718
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	718
4.1 Elemento normativo do tipo: indevidamente .....	720
5. Permissão ou facilitação de acesso a conteúdo sigiloso referido no <i>caput</i> .....	720
6. Tipo subjetivo: adequação típica .....	721
7. Consumação e tentativa .....	721
8. Figura majorada: fato cometido por funcionário público .....	721
9. Pena e ação penal .....	722
 <i>Bibliografia</i> .....	 723

# TRATADO DE DIREITO PENAL

Cezar  
Roberto  
Bitencourt

Volume 5

## **PARTE ESPECIAL**

(Arts. 312 a 359-T e  
Lei n. 10.028/2000)

*Crimes contra a  
Administração Pública,  
crimes praticados por  
prefeitos e crimes  
contra o Estado  
Democrático de Direito*

16ª edição

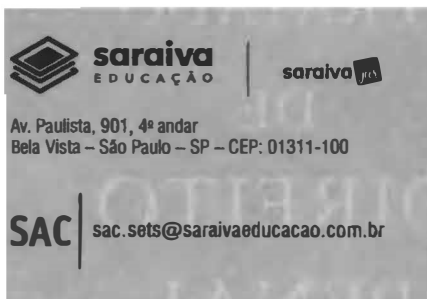
revista, ampliada e atualizada

De acordo com as Leis n. 14.133/2021, 14.197/2021 e  
14.245/2021

2022

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-0767-9 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
VAGNER ROOOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

B624t Bitencourt, Cezar Roberto

Tratado de Direito Penal: Parte especial: crimes contra a Administração Pública, crimes praticados por prefeitos e crimes contra o Estado Democrático de Direito (arts. 312 a 359-T) / Cezar Roberto Bitencourt. – 16. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022. (v. 5)  
880 p.

ISBN 978-65-536-2204-3 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Penal. 3. Código Penal. I. Título.

2022-217

COD 345  
CDU 343

## Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Penal	345
2. Direito Penal	343

900832

Data de fechamento da edição: 18-5-2022

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL [ 807473 ] CAE [ 790114 ]

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência editorial e de projetos</b>	Fernando Penteado
<b>Gerência editorial</b>	Thais Cassoli Reato César
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Jeferson Costa Da Silva (coord.) Deborah Caetano de Freitas Viadana

<b>Produção editorial</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Daniela Nogueira Secondo
---------------------------	---

<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
-----------------------	---

<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldi
---------------------------------------	--

<b>Diagramação</b>	SBNigri Artes e Textos Ltda
<b>Revisão</b>	Carmem Becker

<b>Capa</b>	IDÉE arte e comunicação
<b>Produção gráfica</b>	Mar ti Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes

<b>Impressão e acabamento</b>	Vox Gráfica
-------------------------------	-------------



---

 ÍNDICE
 

---

<i>Publicações do Autor</i> .....	5
<i>Abreviaturas</i> .....	7
<i>Nota do Autor à 16ª edição</i> .....	45
<i>Nota do Autor à 14ª edição</i> .....	47
<i>Nota do Autor à 1ª edição</i> .....	49

## CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO ● PÚBLICA

### PRIMEIRA PARTE

#### CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

### CAPÍTULO I | PECULATO ●

1. Considerações preliminares.....	52
2. Bem jurídico tutelado.....	54
3. Sujeitos do crime.....	56
3.1 Sujeito ativo.....	56
3.2 Sujeito passivo.....	57
4. Pressuposto do crime de peculato .....	58
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	60
5.1 Peculato-apropriação: objeto material (1ª parte).....	61
5.2 Peculato-desvio (2ª parte) .....	63
5.3 Peculato-furto.....	64
5.4 Peculato culposo.....	65
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	66
7. Consumação e tentativa .....	67
8. Classificação doutrinária .....	67
9. Comunicabilidade da condição de funcionário público.....	68
10. Questões especiais.....	68
11. Sonegação de tributo incidente sobre produto de crime: impossibilidade moral e jurídica.....	68
11.1 Delimitação do tema.....	68
11.2 Disponibilidade econômica ou jurídica <i>versus</i> confisco.....	69

11.3 Ofensa ao princípio da capacidade contributiva .....	71
11.4 Ofensa ao princípio da moralidade administrativa .....	72
12. Pena e ação penal.....	73

## **CAPÍTULO II | PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM**

1. Considerações preliminares.....	74
2. Bem jurídico tutelado.....	75
3. Sujeitos do crime.....	75
4. Ausência do pressuposto do crime de peculato: <i>posse prévia da res</i> .....	76
4.1 Tipo objetivo: adequação típica .....	77
4.2 O erro como elementar típica .....	79
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	80
6. Consumação e tentativa.....	80
7. Classificação doutrinária .....	81
8. Pena e ação penal.....	81

## **CAPÍTULO III | INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES**

1. Considerações preliminares.....	82
2. Bem jurídico tutelado.....	83
3. Sujeitos do crime.....	83
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	83
4.1 Obtenção de vantagem indevida: elemento normativo.....	85
4.2 Inserção de dados falsos em sistemas de informações e estelionato: dessemelhanças.....	86
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	88
6. Classificação doutrinária .....	88
7. Consumação e tentativa.....	88
8. Pena e ação penal.....	88

## **CAPÍTULO IV | MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES**

1. Considerações preliminares.....	89
2. Bem jurídico tutelado.....	89
3. Sujeitos do crime.....	90
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	90
4.1 Elemento normativo especial: sem autorização ou solicitação de autoridade competente .....	91
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	91

6. Classificação doutrinária .....	92
7. Consumação e tentativa .....	92
8. Causa de aumento: produção de dano .....	92
9. Pena e ação penal.....	92

## **CAPÍTULO V | EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO**

1. Considerações preliminares.....	93
2. Bem jurídico tutelado.....	94
3. Sujeitos do crime.....	94
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	95
4.1 Subsidiariedade expressa: se não constituir crime mais grave.....	100
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	101
6. Consumação e tentativa .....	101
7. Classificação doutrinária .....	102
8. Questões especiais.....	103
9. Pena e ação penal.....	103

## **CAPÍTULO VI | EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS**

1. Considerações preliminares.....	104
2. Bem jurídico tutelado.....	105
3. Sujeitos do crime.....	105
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	106
4.1 Aplicação diversa da estabelecida em lei e despesa não autorizada por lei .....	107
4.2 Despesa “justificada” (embora não autorizada por lei).....	108
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	108
6. Consumação e tentativa .....	109
7. Classificação doutrinária .....	109
8. Questões especiais.....	109
9. Pena e ação penal.....	110

## **CAPÍTULO VII | CONCUSSÃO**

1. Considerações preliminares.....	111
2. Bem jurídico tutelado.....	112
3. Sujeitos do crime.....	113
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	113
4.1 Necessidade da elementar normativa: vantagem indevida .....	114

4.2	Exigência de vantagem indevida “para o órgão público”: excesso de exação.....	116
4.2.1	Destinatário do produto da concussão: particular ou ente público.....	118
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	121
6.	Consumação e tentativa.....	121
7.	Excesso de exação.....	121
7.1	Tipo objetivo: adequação típica.....	122
7.2	Sujeitos do crime de excesso de exação.....	123
7.3	Tipo subjetivo: adequação típica.....	123
8.	Desvio de produto recebido indevidamente.....	123
9.	Consumação e tentativa.....	124
10.	Classificação doutrinária.....	124
11.	Questões especiais.....	124
12.	Pena e ação penal.....	124

## **CAPÍTULO VIII | CORRUPÇÃO PASSIVA**

1.	Considerações preliminares.....	125
2.	Bem jurídico tutelado.....	127
3.	Sujeitos do crime.....	128
4.	Tipo objetivo: adequação típica.....	129
4.1	Elemento normativo especial da ilicitude: vantagem indevida.....	132
4.2	Vantagem indevida e os princípios da adequação social e da insignificância.....	134
4.3	Natureza da vantagem indevida: patrimonial e extrapatrimonial....	136
4.4	A indispensável bilateralidade residual no crime de corrupção.....	137
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	143
6.	Consumação e tentativa.....	143
7.	Classificação doutrinária.....	144
8.	Figura majorada (parágrafo único).....	144
9.	Figura privilegiada da corrupção passiva: infração de dever funcional....	145
9.1	Infração de dever funcional.....	145
10.	Pena e ação penal.....	146

## **CAPÍTULO IX | FACILITAÇÃO DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO**

1.	Considerações preliminares.....	147
2.	Bem jurídico tutelado.....	148
3.	Sujeitos do crime.....	148

4. Tipo objetivo: adequação típica .....	148
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	149
6. Consumação e tentativa .....	150
7. Classificação doutrinária .....	150
8. Pena e ação penal.....	150

## **CAPÍTULO X | PREVARICAÇÃO**

1. Considerações preliminares.....	151
2. Bem jurídico tutelado.....	152
3. Sujeitos do crime.....	152
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	153
4.1 A prevaricação praticada por juiz no exercício da função jurisdicional ou administrativa .....	156
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	158
6. Consumação e tentativa .....	159
7. Classificação doutrinária .....	159
8. Questões especiais.....	160
9. Pena e ação penal.....	160

## **CAPÍTULO XI | PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA**

1. Considerações preliminares.....	161
2. Bem jurídico tutelado.....	161
3. Sujeitos do crime.....	162
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	163
4.1 Pressupostos fundamentais do crime omissivo .....	164
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	165
6. Consumação e tentativa .....	165
7. Classificação doutrinária .....	166
8. Pena e ação penal.....	166

## **CAPÍTULO XII | CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA**

1. Considerações preliminares.....	167
2. Bem jurídico tutelado.....	167
3. Sujeitos do crime.....	167
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	168
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	169
6. Consumação e tentativa .....	169
7. Classificação doutrinária .....	169

8. Questões especiais.....	170
9. Pena e ação penal.....	170

### **CAPÍTULO XIII | ADVOCACIA ADMINISTRATIVA**

1. Considerações preliminares.....	171
2. Bem jurídico tutelado.....	172
3. Sujeitos do crime.....	172
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	173
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	176
5.1 (Des)necessidade de elemento subjetivo especial do injusto.....	177
6. Consumação e tentativa.....	177
7. Classificação doutrinária.....	178
8. Forma qualificada.....	178
9. Causa de aumento de pena.....	178
9.1 Questões especiais.....	178
10. Pena e ação penal.....	179

### **CAPÍTULO XIV | VIOLÊNCIA ARBITRÁRIA**

1. Considerações preliminares.....	180
2. Bem jurídico tutelado.....	182
3. Sujeitos do crime.....	182
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	182
4.1 Violência arbitrária em concurso com violência.....	184
4.2 Violência arbitrária cumulada com pena correspondente à violência: concurso material de crimes ou cúmulo material de penas.....	185
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	186
6. Consumação e tentativa.....	186
7. Classificação doutrinária.....	187
8. Pena e ação penal.....	187

### **CAPÍTULO XV | ABANDONO DE FUNÇÃO**

1. Considerações preliminares.....	188
2. Bem jurídico tutelado.....	189
3. Sujeitos do crime.....	189
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	189
4.1 Acefalia do cargo: necessidade.....	191
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	191
6. Consumação e tentativa.....	192

7. Classificação doutrinária .....	192
8. Formas qualificadas: prejuízo público e faixa de fronteira .....	192
9. Pedido de aposentadoria ou demissão.....	193
10. Pena e ação penal.....	194

## **CAPÍTULO XVI | EXERCÍCIO FUNCIONAL ILEGALMENTE ANTECIPADO OU PROLONGADO**

1. Considerações preliminares.....	195
2. Bem jurídico tutelado.....	195
3. Sujeitos do crime.....	196
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	196
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	198
6. Consumação e tentativa .....	198
7. Classificação doutrinária .....	198
8. Pena e ação penal.....	199

## **CAPÍTULO XVII | VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL**

1. Considerações preliminares.....	200
2. Bem jurídico tutelado.....	201
3. Sujeitos do crime.....	202
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	202
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	204
6. Novas figuras penais acrescentadas pela Lei n. 9.983/2000 .....	204
6.1 Violação do sigilo através do sistema informatizado da Administração Pública.....	204
6.2 Utilização, indevida, de acesso restrito.....	205
7. Consumação e tentativa .....	205
8. Classificação doutrinária .....	206
9. Forma qualificada.....	207
10. Pena e ação penal.....	207

## **CAPÍTULO XVIII | VIOLAÇÃO DO SIGILO DE PROPOSTA DE CONCORRÊNCIA**

1. Considerações preliminares.....	208
------------------------------------	-----

## **CAPÍTULO XIX | FUNCIONÁRIO PÚBLICO**

1. Conceituação penal de funcionário público .....	209
2. Equiparação do conceito de funcionário público: irretroatividade .....	210
3. Causa especial (genérica) de aumento .....	212

## CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

### SEGUNDA PARTE

#### **CAPÍTULO XX | USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA**

1. Considerações preliminares.....	213
2. Bem jurídico tutelado.....	214
3. Sujeitos do crime.....	214
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	214
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	215
6. Consumação e tentativa.....	216
7. Classificação doutrinária .....	216
8. Forma qualificada: auferimento de vantagem .....	216
9. Questões especiais.....	217
10. Pena e ação penal.....	217

#### **CAPÍTULO XXI | RESISTÊNCIA**

1. Considerações preliminares.....	218
2. Bem jurídico tutelado.....	219
3. Sujeitos do crime.....	219
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	219
4.1 Oposição ativa, mediante violência ou ameaça .....	219
4.2 A qualidade ou condição de funcionário competente do sujeito passivo.....	221
4.3 A legalidade do ato a ser executado.....	222
4.4 Elemento subjetivo informador da conduta .....	224
5. Consumação e tentativa.....	224
6. Classificação doutrinária .....	225
7. Forma qualificada: não realização do ato .....	225
8. Resistência e concurso com outro crime violento: cúmulo material de penas .....	225
9. Questões especiais.....	227
10. Pena e ação penal.....	227

#### **CAPÍTULO XXII | DESOBEDIÊNCIA**

1. Considerações preliminares.....	228
2. Bem jurídico tutelado.....	228
3. Sujeitos do crime.....	229



4. Tipo objetivo: adequação típica .....	229
4.1 Desobediência e cominação de sanções civis ou administrativas: atipicidade.....	230
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	232
6. Consumação e tentativa.....	232
7. Classificação doutrinária .....	233
8. Pena e ação penal.....	233

## **CAPÍTULO XXIII | DESACATO**

1. Considerações preliminares.....	234
2. Bem jurídico tutelado.....	235
3. Sujeitos do crime.....	235
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	236
4.1 No exercício da função ou em razão dela .....	237
4.2 Desacato, ambiente hostil e seus fundamentos políticos.....	241
4.3 O necessário cotejamento entre os crimes de desacato e injúria majorada .....	244
4.4 Incompatibilidade do crime de desacato com o Pacto de São José da Costa Rica .....	246
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	249
6. Consumação e tentativa.....	249
7. Classificação doutrinária .....	250
8. Pena e ação penal.....	250

## **CAPÍTULO XXIV | TRÁFICO DE INFLUÊNCIA**

1. Considerações preliminares.....	251
2. Bem jurídico tutelado.....	252
3. Sujeitos do crime.....	253
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	253
5. Responsabilidade penal do “beneficiário-vítima” do tráfico de influência..	255
5.1 Relação triangular entre sujeito ativo, funcionário público e “beneficiário” da influência.....	256
5.2 A (im)punibilidade do pseudocrime putativo: erro jurídico-penal ...	261
5.3 A discutível escusabilidade de determinados erros: punibilidade do pagador da influência .....	262
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	265
7. Consumação e tentativa.....	266
8. Classificação doutrinária .....	266

9. Forma majorada .....	STJ00115064.-V. 5.....	266
10. Pena e ação penal.....		267

## **CAPÍTULO XXV | CORRUPÇÃO ATIVA**

1. Considerações preliminares.....		268
2. Bem jurídico tutelado.....		269
2.1 A moralidade da Administração Pública e o princípio da insignificância .....		270
3. Sujeitos do crime.....		271
4. Tipo objetivo: adequação típica .....		272
4.1 Oferecer vantagem indevida .....		272
4.2 A funcionário público.....		273
4.3 Para determiná-lo a praticar ato de ofício.....		274
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....		275
5.1 Elemento subjetivo especial do tipo .....		276
6. Consumação e tentativa .....		277
7. Classificação doutrinária .....		277
8. Figura majorada (parágrafo único) .....		278
9. Questões especiais.....		279
10. Pena e ação penal.....		279

## **CAPÍTULO XXVI | CONTRABANDO OU DESCAMINHO**

1. Considerações preliminares.....		281
2. Bem jurídico tutelado.....		283
3. Sujeitos do crime.....		283
4. Tipo objetivo: adequação típica .....		284
4.1 Contrabando e descaminho: distinção fática e semelhança jurídica... ..		285
4.2 Distinção entre contrabando ou descaminho e crimes contra a ordem tributária .....		286
5. Classificação doutrinária .....		288
6. Crimes equiparados a descaminho .....		288
6.1 Prática de navegação de cabotagem fora dos casos permitidos em lei .....		289
6.2 Prática de fato assimilado, em lei especial, a descaminho.....		289
6.3 Uso comercial ou industrial de mercadoria importada, clandestina ou fraudulentamente, ou que sabe ser produto de descaminho.....		290
6.3.1 Elemento normativo: no exercício de atividade comercial ou industrial.....		291

6.4	Receptação de produto de descaminho .....	292
6.4.1	Elementares normativas: “que sabe ser produto de introdução clandestina” (inciso III) e “que sabe serem falsos” (inciso IV) .....	293
7.	Crimes equiparados a contrabando.....	294
7.1	Prática de fato assimilado, em lei especial, a contrabando .....	294
7.2	Importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente.....	295
7.3	Reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada a exportação.....	296
7.4	Uso comercial ou industrial de mercadoria proibida pela lei brasileira.....	296
7.5.	Receptação de mercadoria contrabandeada .....	297
8.	Classificação doutrinária .....	298
9.	Aplicação analógica do art. 34 da Lei n. 9.249/95 no crime de descaminho.....	298
10.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	303
10.1	Erro de tipo: escusável ou inescusável.....	304
11.	Consumação e tentativa.....	304
12.	Figura majorada: contrabando em transporte aéreo.....	305
13.	Descaminho: limite fiscal e princípio da insignificância.....	305
14.	Questões especiais.....	308
15.	Pena e ação penal.....	308

## **CAPÍTULO XXVII | IMPEDIMENTO, PERTURBAÇÃO OU FRAUDE DE CONCORRÊNCIA**

1.	Considerações preliminares.....	309
2.	Bem jurídico tutelado.....	310
3.	Sujeitos do crime.....	310
4.	Tipo objetivo: adequação típica.....	310
4.1	Concorrência ou venda em hasta pública: distinção.....	310
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	310
6.	Consumação e tentativa.....	311
7.	Classificação doutrinária .....	311
8.	Pena e ação penal.....	311

## **CAPÍTULO XXVIII | INUTILIZAÇÃO DE EDITAL OU DE SINAL**

1.	Considerações preliminares.....	312
2.	Bem jurídico tutelado.....	313

3. Sujeitos do crime .....	313
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	313
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	314
6. Consumação e tentativa .....	314
7. Classificação doutrinária .....	315
8. Pena e ação penal.....	315

## **CAPÍTULO XXIX | SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO**

1. Considerações preliminares.....	316
2. Bem jurídico tutelado.....	316
3. Sujeitos do crime.....	317
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	317
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	318
6. Consumação e tentativa .....	318
7. Classificação doutrinária .....	319
8. Pena e ação penal.....	319

## **CAPÍTULO XXX | SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA**

1. Considerações preliminares.....	321
2. Bem jurídico tutelado.....	321
3. Sujeitos do crime.....	321
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	321
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	324
6. Classificação doutrinária .....	324
7. Consumação e tentativa.....	324
8. Causas extintivas da punibilidade: com ou sem pagamento.....	324
8.1 Causa extintiva de punibilidade sem pagamento dos tributos devidos .....	325
8.2 Perdão judicial ou aplicação alternativa da pena de multa.....	325
9. Aplicação do art. 34 da Lei n. 9.349/95: analogia <i>in bonam partem</i> .....	326
10. Causa de diminuição de pena.....	327
11. Pena e ação penal.....	328

## CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

### TERCEIRA PARTE

#### CAPÍTULO XXXI | CORRUPÇÃO ATIVA EM TRANSAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL

1. Considerações preliminares e fundamentos político-constitucionais.....	329
2. Bem jurídico protegido .....	330
3. Sujeitos do crime.....	331
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	331
4.1 Ato de ofício relacionado à transação comercial internacional.....	332
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	332
6. Consumação e tentativa.....	333
7. Causa de aumento de pena .....	333
8. Pena e ação penal.....	333

#### CAPÍTULO XXXII | TRÁFICO DE INFLUÊNCIA EM TRANSAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL

1. Considerações preliminares.....	334
2. Bem jurídico tutelado.....	335
3. Sujeitos do crime.....	335
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	335
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	336
6. Consumação e tentativa .....	336
7. Causa de aumento de pena .....	337
8. Pena e ação penal.....	337
9. Conceituação penal de funcionário público ( <i>caput</i> ).....	337
10. Equiparação e causa de aumento de pena .....	337

### DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

#### QUARTA PARTE

1. Considerações preliminares sobre a Lei n. 14.133, de 2021.....	339
---	-----

#### CAPÍTULO XXXIII | CONTRATAÇÃO DIRETA ILEGAL

1. Considerações preliminares.....	342
2. Bem jurídico tutelado e conteúdo do injusto.....	343
3. Sujeitos ativo e passivo do crime.....	345

3.1. Sujeito ativo do crime .....	345
3.1.1. Concorrente particular (sem a qualificação de agente ou autoridade pública — art. 6º, incisos V e VI, da Lei n. 14.133) .....	348
3.1.2. Procurador jurídico de órgão público: emissão de pareceres....	350
3.2. Sujeito passivo do crime .....	353
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	355
4.1 Inexigência de licitação — art. 74.....	357
4.2 Dispensa de licitação — art. 75. ....	360
4.2.1 Fora das hipóteses previstas em lei.....	361
5. Deixar de observar formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação.....	364
6. Atipicidade da utilização equivocada de uma modalidade de licitação por outra .....	365
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	367
7.1. (Des)necessidade de elemento subjetivo especial do injusto.....	369
8. Inobservância de formalidades e falsidade ideológica: princípio da consunção.....	371
8.1. Irrelevância da diversidade de bens jurídicos e da maior gravidade do crime-meio .....	374
9. Normas penais em branco e retroatividade das normas integradoras.....	375
10. Consumação e tentativa.....	378
10.1. Desistência voluntária e arrependimento eficaz nos crimes licitatórios .....	381
11. Classificação doutrinária .....	383
12. Pena e natureza da ação penal .....	384

## **CAPÍTULO XXXIV | FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DE LICITAÇÃO**

<b>1. Considerações preliminares.....</b>	<b>385</b>
2. Bem jurídico tutelado.....	387
3. Sujeitos ativo e passivo .....	388
4. Fraude civil e fraude penal: ontologicamente iguais .....	388
<b>5. Tipo objetivo: adequação típica.....</b>	<b>390</b>
5.1. Mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente.....	394
5.1.1 Mediante “ajuste” ou “combinação”.....	394
5.1.2 Mediante “qualquer outro expediente”.....	396
5.2 Elementares inexistentes: exigência de vantagem ilícita e prejuízo alheio.....	397

5.3	Vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: irrelevância da natureza econômica .....	398
6.	Tipo subjetivo: adequação típica .....	401
6.1	Elemento subjetivo especial do injusto: intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da licitação.....	402
7.	Fracionamento do objeto licitado e emprego de outra modalidade de licitação .....	403
8.	Consumação e tentativa .....	406
9.	Classificação doutrinária .....	407
10.	Pena e ação penal.....	407

## **CAPÍTULO XXXV | ADVOCACIA ADMINISTRATIVA NOS CRIMES LICITATÓRIOS**

1.	Considerações preliminares.....	408
2.	Bem jurídico tutelado.....	409
3.	Sujeitos ativo e passivo do crime.....	410
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	411
4.1.	Causar a instauração de licitação ou celebração de contrato.....	414
4.2.	Invalidação de licitação ou de contrato decretada pelo Poder Judiciário.....	415
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	418
5.1	(Des)necessidade de elemento subjetivo especial do injusto.....	418
6.	Consumação e tentativa .....	419
7.	Classificação doutrinária .....	420
8.	Pena e ação penal.....	420

## **CAPÍTULO XXXVI | MODIFICAÇÃO OU PAGAMENTO IRREGULAR EM CONTRATO ADMINISTRATIVO**

1.	Considerações preliminares.....	422
2.	Bem jurídico tutelado.....	424
3.	Sujeitos ativo e passivo do crime.....	424
3.1	Sujeito ativo do crime .....	424
3.1.1	Contratado (sem a qualificação de funcionário público) .....	425
3.1.2	Procurador jurídico de órgão público: emissão de pareceres	425
3.2	Sujeito passivo do crime .....	426
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	427
4.1.	Qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual.....	428

4.2. Durante a execução do contrato, no ato convocatório da licitação ou nos instrumentos contratuais .....	430
4.3. Elemento normativo especial da ilicitude: sem autorização em lei ..	433
4.4. Elementar implícita e exercício regular de direito .....	434
5. Pagamento de fatura preterindo ordem cronológica de sua exigibilidade ...	435
5.1. Vinculação do pagamento a cada unidade de Administração, obedecendo a cada fonte diferenciada de recurso.....	438
6. Contratado que concorre para a ilegalidade: limitação de sua punibilidade ..	441
7. Norma penal em branco: sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação e prorrogação contratual.....	443
8. Elemento subjetivo: adequação típica .....	444
9. Consumação e tentativa .....	446
10. Classificação doutrinária .....	447
11. Pena e ação penal.....	447

## **CAPÍTULO XXXVII | PERTURBAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

1. Considerações preliminares.....	448
2. Bem jurídico tutelado.....	448
3. Sujeitos do crime .....	449
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	449
4.1. Elementares implícitas ou exercício regular de direito.....	450
4.2. Descaracterização de possível excesso em exercício regular de um direito.....	452
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	454
6. Consumação e tentativa .....	455
7. Classificação doutrinária .....	457
8. Pena e ação penal.....	457

## **CAPÍTULO XXXVIII | VIOLAÇÃO DE SIGILO EM LICITAÇÃO**

1. Considerações preliminares.....	458
2. Bem jurídico tutelado.....	459
3. Sujeitos ativo e passivo .....	460
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	461
4.1. Proteção penal específica do dever de fidelidade funcional.....	462
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	464
6. Consumação e tentativa .....	464
7. Concurso de crimes e conflito aparente de normas .....	465
8. Classificação doutrinária .....	467



9. A desproporcional cominação de penas e sua questionável constitucionalidade .....	468
10. Pena e ação penal.....	470

## CAPÍTULO XXXIX | AFASTAMENTO DE LICITANTE

1. Considerações preliminares.....	471
2. Bem jurídico tutelado.....	472
3. Sujeitos ativo e passivo do crime.....	473
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	475
4.1 Mediante violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo .....	476
4.1.1 Mediante violência ( <i>vis corporalis</i> ).....	476
4.1.2 Mediante grave ameaça ( <i>vis compulsiva</i> ) .....	477
4.1.3 Mediante fraude.....	478
4.1.4 Mediante o oferecimento de vantagem de qualquer tipo: irrelevância da natureza ou espécie da vantagem oferecida ..	478
5. Abstenção ou desistência de licitar, em razão de vantagem oferecida .....	481
6. Crime praticado mediante violência: concurso material de crimes ou cúmulo material de penas .....	483
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	484
8. Consumação e tentativa .....	485
9. Classificação doutrinária .....	486
10. Pena e ação penal.....	486

## CAPÍTULO XL | FRAUDE EM LICITAÇÃO OU CONTRATO

1. Considerações preliminares.....	488
2. Bem jurídico tutelado.....	490
3. Objeto material: licitação instaurada ou contrato dela decorrente .....	490
4. Sujeitos do crime.....	492
4.1. Sujeito ativo do crime .....	492
4.2. Sujeito passivo do crime .....	492
5. Tipo objetivo: adequação típica.....	493
5.1 Meios executórios da conduta fraudulenta descrita no caput do art 337-L .....	494
5.1.1. Entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais. A previsão não existia no diploma legal revogado .....	495

5.1.2	Fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada ou deteriorada, inservível para o consumo ou com prazo de validade vencido .....	495
5.1.3	Entregando uma mercadoria por outra .....	496
5.1.4	Alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida .....	497
5.1.5	Tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato .....	497
5.2	“Licitação instaurada” para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente .....	501
6.	Tipo subjetivo: adequação típica .....	502
6.1.	(Des)necessidade de elemento subjetivo especial do injusto .....	503
7.	Consumação e tentativa .....	506
8.	Classificação doutrinária .....	507
9.	Pena e ação penal .....	508

## **CAPÍTULO XLI | CONTRATAÇÃO INIDÔNEA**

1.	Considerações preliminares .....	509
2.	Bem jurídico tutelado .....	510
3.	Sujeitos ativo e passivo do crime .....	510
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	511
4.1.	A elementar normativa “declarado inidôneo” .....	515
5.	Declarado inidôneo que vier a licitar ou contratar com o Poder Público ..	516
6.	Tipo subjetivo: adequação típica .....	518
7.	Consumação e tentativa .....	519
8.	Classificação doutrinária .....	521
9.	Pena e ação penal .....	521

## **CAPÍTULO XLII | IMPEDIMENTO INDEVIDO**

1.	Considerações preliminares .....	522
2.	Bem jurídico tutelado .....	523
3.	Sujeitos do crime .....	524
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	526
5.	Tipo subjetivo: adequação típica .....	528
6.	Consumação e tentativa .....	529
7.	Classificação doutrinária .....	530
8.	Pena e ação penal .....	530

**CAPÍTULO XLIII | OMISSÃO GRAVE DE DADO OU DE INFORMAÇÃO POR PROJETISTA**

1. Considerações preliminares.....	531
2. Bem jurídico tutelado.....	531
3. Sujeitos ativo e passivo .....	532
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	532
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	533
6. Consumação e tentativa .....	533
7. Pena e ação penal.....	534

**CAPÍTULO XLIV | A PENA DE MULTA NOS CRIMES LICITATÓRIOS**

1. Considerações preliminares.....	535
2. O Direito Penal positivo brasileiro.....	536
2.1. Cominação e aplicação da pena de multa .....	536
3. O sistema dias-multa aplicado pelo Código Penal.....	537
4. Limites da pena de multa .....	537
5. Competência para execução da pena de multa a partir da Lei n. 13.964/2019 .....	538
6. A inaplicabilidade do sistema trifásico adotado pela Reforma Penal de 1984 para a pena de prisão.....	541
7. Sistema trifásico da aplicação da pena de multa, a partir da Lei n. 13.964/2019 .....	542
7.1 As três fases do cálculo da pena de multa .....	544

**CRIMES CONTRA A  
ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA****QUINTA PARTE****CAPÍTULO XLV | REINGRESSO DE ESTRANGEIRO EXPULSO**

1. Considerações preliminares.....	547
2. Bem jurídico tutelado.....	547
3. Sujeitos do crime.....	548
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	548
4.1 Expulsão de estrangeiro: pressuposto do crime de reingresso .....	549
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	550
6. Consumação e tentativa .....	550
7. Classificação doutrinária .....	550
8. Pena e ação penal.....	550

**CAPÍTULO XLVI | DENUNCIÇÃO CALUNIOSA**

1. Considerações preliminares.....	551
2. Bem jurídico tutelado.....	552
3. Sujeitos do crime.....	553
4. Direito de petição: exercício regular de direito.....	553
5. Tipo objetivo: adequação típica.....	555
5.1 Novidades da Lei n. 10.028/2000: investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa. Redefinição e acréscimo da Lei n. 14.110/2020 .....	557
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	559
6.1 Admissibilidade de dolo eventual.....	560
5.2 Espécies de dolo: direto e eventual.....	562
5.2.1 Dolo direto e eventual — ‘sabe’ que está contaminado .....	563
5.2.2 Dolo eventual — ‘deve saber’ que está contaminado.....	564
6.2 Elemento normativo: de que o sabe inocente .....	565
7. Consumação e tentativa.....	565
8. Classificação doutrinária .....	566
9. Figura majorada (§ 1º).....	566
10. Forma privilegiada ou minorada (§ 2º).....	566
11. Concurso de crimes e conflito aparente de normas .....	566
12. Pena e ação penal.....	567

**CAPÍTULO XLVII | COMUNICAÇÃO FALSA DE CRIME OU DE CONTRAVENÇÃO**

1. Considerações preliminares.....	568
2. Bem jurídico tutelado.....	569
3. Sujeitos do crime.....	569
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	569
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	571
6. Consumação e tentativa.....	571
7. Classificação doutrinária .....	572
8. Pena e ação penal.....	572

**CAPÍTULO XLVIII | AUTOACUSAÇÃO FALSA**

1. Considerações preliminares.....	573
2. Bem jurídico tutelado.....	573
3. Sujeitos do crime.....	574
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	574

5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	575
6. Consumação e tentativa .....	576
7. Classificação doutrinária .....	576
8. Pena e ação penal.....	576

## CAPÍTULO XLIX | FALSO TESTEMUNHO OU FALSA PERÍCIA

1. Considerações preliminares.....	577
2. Bem jurídico tutelado.....	578
3. Sujeitos do crime.....	578
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	579
4.1 Falsidade sobre a qualificação pessoal: atipicidade da conduta .....	583
4.2 O paradoxo de a condição de imputado ser travestida na de “testemunha” .....	584
5. Compromisso legal de dizer a verdade: testemunha não compromissada .....	585
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	589
7. Consumação e tentativa .....	590
8. Classificação doutrinária .....	590
9. Substituição de qualificadora por majorantes .....	590
10. Retratação do falso testemunho ou falsa perícia .....	590
11. Pena e ação penal.....	592

## CAPÍTULO L | CORRUPÇÃO ATIVA DE TESTEMUNHA OU SERVIDORES JUDICIAIS

1. Considerações preliminares.....	593
2. Bem jurídico tutelado.....	594
3. Sujeitos do crime .....	594
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	594
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	595
6. Consumação e tentativa .....	595
7. Classificação doutrinária .....	596
8. Figura majorada: qualificadora <i>versus</i> majorante .....	596
9. Lei n. 10.268/2001: irretroatividade, ultratividade e inconstitucionalidade...	596
10. Pena e ação penal.....	597

## CAPÍTULO LI | COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO

1. Considerações introdutórias .....	598
2. Bem jurídico tutelado.....	598
3. Sujeitos do crime.....	599

4. Tipo objetivo: adequação típica .....	599
4.1 Violência: força física .....	599
4.2 Grave ameaça ou <i>vis compulsiva</i> .....	599
4.3 Desnecessidade de resistência efetiva .....	600
4.4 Coação objetivando pretensão legítima .....	600
5 Tipo subjetivo: adequação típica .....	600
5.1 Elemento subjetivo especial: interesse próprio ou alheio .....	600
6. Consumação e tentativa .....	601
7. Concurso com crimes praticados com violência .....	601
7.1 Sistema de aplicação de penas: cúmulo material .....	601
7.2 Dupla criminalização da violência .....	601
8. Pena e ação penal.....	602

## **CAPÍTULO LII | EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES**

1. Considerações preliminares.....	603
2. Bem jurídico tutelado.....	603
3. Sujeitos do crime.....	604
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	604
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	605
6. Consumação e tentativa .....	606
7. Classificação doutrinária .....	606
8. Concurso com crime resultante de violência: sistema do cúmulo material	606
9. Pena e ação penal.....	607

## **CAPÍTULO LIII | MODALIDADE ESPECIAL DE EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES**

1. Considerações preliminares.....	608
2. Bem jurídico tutelado.....	608
3. Sujeitos do crime.....	609
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	609
4.1 Furto de coisa própria ou modalidade especial de exercício arbitrário das próprias razões: desinteligência histórica a ser superada dogmaticamente .....	610
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	615
6. Consumação e tentativa .....	615
7. Classificação doutrinária .....	615
8. Pena e ação penal.....	615

**CAPÍTULO LIV | FRAUDE PROCESSUAL**

1. Considerações preliminares.....	616
2. Bem jurídico tutelado.....	616
3. Sujeitos do crime.....	617
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	617
4.1 Elementar normativa: na pendência de processo civil ou administrativo .....	619
4.2 Induzimento do juiz ou perito em erro.....	620
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	620
6. Consumação e tentativa .....	621
7. Classificação doutrinária .....	621
8. Figura majorada .....	621
9. Questões especiais.....	622
10. Pena e ação penal.....	622

**CAPÍTULO LV | FAVORECIMENTO PESSOAL**

1. Considerações preliminares.....	623
2. Bem jurídico tutelado.....	624
3. Sujeitos do crime.....	624
4. Pressupostos do favorecimento e punibilidade do crime precedente.....	624
5. Tipo objetivo: adequação típica.....	626
5.1 Favorecimento pessoal mediante omissão imprópria.....	627
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	628
7. Consumação e tentativa .....	628
8. Classificação doutrinária .....	629
9. Escusa absolutória: sua extensão (§ 2º).....	629
10. Autor de crime: a culpabilidade não é mero pressuposto da pena .....	630
11. Pena e ação penal.....	632

**CAPÍTULO LVI | FAVORECIMENTO REAL**

1. Considerações preliminares.....	633
2. Bem jurídico tutelado.....	633
3. Sujeitos do crime.....	634
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	635
4.1 Elementar negativa do tipo: fora dos casos de coautoria ou de receptação .....	636
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	637
6. Consumação e tentativa .....	638

7. Classificação doutrinária .....	638
8. Pena e ação penal.....	639

## **CAPÍTULO LVII | ENTRADA NA PRISÃO DE APARELHO TELEFÔNICO MÓVEL OU SIMILAR**

1. Considerações preliminares.....	640
2. Bem jurídico tutelado.....	641
3. Sujeitos ativo e passivo do crime.....	641
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	642
4.1 Elementar normativa: sem autorização legal.....	644
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	645
6. Consumação e tentativa.....	646
7. Classificação doutrinária .....	646
8. Pena e ação penal.....	646

## **CAPÍTULO LVIII | FUGA DE PESSOA PRESA OU SUBMETIDA A MEDIDA DE SEGURANÇA**

1. Considerações preliminares.....	647
2. Bem jurídico tutelado.....	648
3. Sujeitos do crime.....	649
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	649
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	651
6. Consumação e tentativa.....	651
7. Classificação doutrinária .....	652
8. Formas qualificadas: à mão armada, pluralidade de pessoas ou mediante arrombamento.....	652
8.1 Com violação de dever funcional: encarregado de custódia ou guarda de preso ou interno .....	654
9. Forma culposa: negligência no exercício de dever funcional.....	655
10. Pena e ação penal.....	656

## **CAPÍTULO LIX | EVASÃO MEDIANTE VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA**

1. Considerações preliminares.....	657
2. Bem jurídico tutelado.....	658
3. Sujeitos do crime.....	658
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	658
4.1 Punição cumulativa da elemental típica “violência”: <i>bis in idem</i> ....	660
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	661
6. Consumação e tentativa.....	661



7. Classificação doutrinária .....	662
8. Pena e ação penal.....	662

## **CAPÍTULO LX | ARREBATAMENTO DE PRESO**

1. Considerações preliminares.....	663
2. Bem jurídico tutelado.....	663
3. Sujeitos do crime.....	664
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	664
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	665
6. Consumação e tentativa.....	666
7. Classificação doutrinária .....	666
8. Pena e ação penal.....	666

## **CAPÍTULO LXI | MOTIM DE PRESOS**

1. Considerações preliminares.....	667
2. Aspectos político-criminais da conflitividade carcerária.....	667
2.1 ● comportamento violento não é exclusivo da prisão.....	668
2.2 Aspectos subjetivos que estimulam a conflitividade carcerária.....	668
2.2.1 A clássica prisão de segurança máxima .....	669
2.2.2 Influência de ideologias políticas radicais.....	669
2.2.3 As graves deficiências do regime penitenciário .....	670
3. Bem jurídico tutelado.....	671
4. Sujeitos do crime.....	671
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	671
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	672
7. Consumação e tentativa .....	673
8. Classificação doutrinária .....	673
9. Pena e ação penal.....	673

## **CAPÍTULO LXII | PATROCÍNIO INFIEL, SIMULTÂNEO OU TERGIVERSAÇÃO**

1. Considerações preliminares.....	675
2. Bem jurídico tutelado.....	675
3. Sujeitos do crime.....	676
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	676
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	678
6. Consumação e tentativa.....	678
7. Classificação doutrinária .....	678
8. Pena e ação penal.....	679

### **CAPÍTULO LXIII | SONEGAÇÃO DE PAPEL OU OBJETO DE VALOR PROBATÓRIO**

1. Considerações preliminares.....	680
2. Bem jurídico tutelado.....	680
3. Sujeitos do crime.....	681
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	681
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	683
6. Consumação e tentativa.....	683
7. Classificação doutrinária .....	683
8. Pena e ação penal.....	683

### **CAPÍTULO LXIV | EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO**

1. Considerações preliminares.....	684
2. Bem jurídico tutelado.....	685
3. Sujeitos do crime.....	685
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	685
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	688
6. Consumação e tentativa .....	688
7. Classificação doutrinária .....	688
8. Figura majorada .....	688
9. Questões especiais.....	689
10. Pena e ação penal.....	689

### **CAPÍTULO LXV | VIOLÊNCIA OU FRAUDE EM ARREMATAÇÃO JUDICIAL**

1. Considerações preliminares.....	690
2. Bem jurídico tutelado.....	690
3. Sujeitos do crime.....	691
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	691
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	692
6. Consumação e tentativa.....	692
7. Classificação doutrinária .....	692
8. Pena e ação penal.....	692

### **CAPÍTULO LXVI | DESOBEDIÊNCIA À DECISÃO JUDICIAL SOBRE PERDA OU SUSPENSÃO DE DIREITO**

1. Considerações preliminares.....	693
2. Bem jurídico tutelado.....	693
3. Sujeitos do crime.....	694

4. Objeto da proteção legal: penas acessórias ou efeitos da condenação .....	694
4.1 Inaplicabilidade nas penas restritivas de direitos.....	695
4.2 Discutível aplicabilidade nos efeitos específicos da condenação penal.....	695
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	697
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	698
7. Consumação e tentativa.....	698
8. Classificação doutrinária .....	698
9. Pena e ação penal.....	699

## CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

### QUINTAPARTE

#### CAPÍTULO LXVII | ASPECTOS GERAIS DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

1. Pressuposto e fundamentos dos crimes contra as finanças.....	701
2. Bem jurídico e injusto penal.....	701
3. Responsabilidade fiscal, criminal e improbidade administrativa .....	702
4. Cumulação de sanções e <i>bis in idem</i> : inconstitucionalidade .....	703
5. Efeitos da condenação, penais e extrapenais .....	703
6. Leis penais em branco e <i>novatio legis</i> criminalizadora .....	704

#### CAPÍTULO LXVIII | CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO

1. Bem jurídico tutelado.....	706
2. Sujeitos do crime.....	707
2.1 Sujeito ativo.....	707
2.2 Sujeito passivo .....	708
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	708
3.1 Sem prévia autorização legislativa .....	709
3.2 Autorização legislativa e autorização legal.....	710
3.3 Operação de crédito .....	710
3.4 Interno ou externo: elementar típica.....	710
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	710
5. Consumação e tentativa .....	711
5.1 Consumação.....	711
5.2 Tentativa.....	711
6. Modalidades de operação de crédito.....	711
6.1 Inobservância do limite, condição ou montante.....	712

6.2	Inobservância do limite da dívida consolidada .....	712
6.3	Definição legal de “dívida consolidada” .....	713
7.	Pena e ação penal .....	713

## **CAPÍTULO LXIX | INSCRIÇÃO DE DESPESAS NÃO EMPENHADAS EM RESTOS A PAGAR**

1.	Bem jurídico tutelado .....	714
2.	Sujeitos do crime .....	715
2.1	Sujeito ativo .....	715
2.2	Sujeito passivo .....	715
3.	Tipo objetivo: adequação típica .....	715
3.1	Inscrição em restos a pagar .....	716
3.2	Despesa não empenhada previamente .....	717
3.3	Que exceda limite estabelecido em lei .....	718
4.	Tipo subjetivo: adequação típica .....	718
5.	Consumação e tentativa .....	718
5.1	Consumação .....	718
5.2	Tentativa .....	719
6.	Distinção do crime anterior .....	719
6.1	Interpretação garantista .....	719
7.	Desistência voluntária .....	719
8.	Conflito aparente de normas .....	720
8.1	Exceção à teoria monística .....	720
9.	Pena e ação penal .....	720

## **CAPÍTULO LXX | ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÃO NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO OU LEGISLATURA**

1.	Bem jurídico tutelado .....	721
2.	Sujeitos do crime .....	722
2.1	Sujeito ativo .....	722
2.2	Sujeito passivo .....	722
3.	Tipo objetivo: adequação típica .....	723
3.1	Despesa não paga no mesmo exercício financeiro .....	723
3.2	Indisponibilidade de caixa para o exercício seguinte .....	724
3.3	Contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa .....	724
4.	Assunção de obrigação antes dos dois últimos quadrimestres .....	725
4.1	Mandato ou legislatura .....	726

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	726
5.1 Erro de tipo: irrelevância da inevitabilidade.....	727
6. Consumação e tentativa.....	727
6.1 Consumação.....	727
6.2 Tentativa.....	727
7. Pena e ação penal.....	728

## **CAPÍTULO LXXI | ORDENAÇÃO DE DESPESA NÃO AUTORIZADA**

1. Bem jurídico tutelado.....	729
2. Sujeitos do crime.....	729
2.1 Sujeito ativo.....	729
2.2 Sujeito passivo.....	730
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	730
3.1 Despesa não autorizada por lei.....	731
3.2 Despesa “justificada” (embora não autorizada por lei).....	732
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	733
5. Consumação e tentativa.....	733
5.1 Consumação.....	733
5.2 Tentativa.....	733
6. Pena e ação penal.....	734

## **CAPÍTULO LXXII | PRESTAÇÃO DE GARANTIA GRACIOSA**

1. Bem jurídico tutelado.....	735
2. Sujeitos do crime.....	735
2.1 Sujeito ativo.....	735
2.2 Sujeito passivo.....	736
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	736
3.1 Retenção de receita tributária.....	737
3.2 Contragarantia de operação de crédito.....	738
3.3 Na forma da lei.....	738
3.4 Contragarantia exigida por ente federativo superior.....	739
4. Garantia não condicionada à adimplência: atipicidade.....	740
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	740
6. Consumação e tentativa.....	740
6.1 Consumação.....	740
6.2 Tentativa.....	740
7. Pena e ação penal.....	741

**CAPÍTULO LXXIII | NÃO CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR**

1. Bem jurídico tutelado.....	742
2. Sujeitos do crime.....	742
2.1 Sujeito ativo.....	742
2.2 Sujeito passivo.....	743
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	743
4. Inscrição não superior ao limite permitido: atipicidade.....	745
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	745
5.1 Erro de tipo e erro de proibição.....	746
6. Consumação e tentativa.....	746
7. Conflito aparente de normas: arts. 359-F e 359-B.....	747
7.1 Exceção à teoria monística.....	747
8. Pena e ação penal.....	747

**CAPÍTULO LXXIV | AUMENTO DE DESPESA TOTAL COM PESSOAL NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO OU LEGISLATURA**

1. Bem jurídico tutelado.....	748
2. Sujeitos do crime.....	749
2.1 Sujeito ativo.....	749
2.2 Sujeito passivo.....	749
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	749
3.1 Aumento de despesa total com pessoal.....	750
3.2 Elementar temporal: últimos 180 dias de mandato ou legislatura...	751
3.3 Executar: obediência hierárquica.....	752
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	752
5. Consumação e tentativa.....	752
5.1 Consumação.....	752
5.2 Tentativa.....	753
6. Semelhanças e diferenças com o disposto no art. 359-C.....	753
7. Pena e ação penal.....	753

**CAPÍTULO LXXV | OFERTA PÚBLICA OU COLOCAÇÃO DE TÍTULOS NO MERCADO**

1. Bem jurídico tutelado.....	754
2. Sujeitos do crime.....	754
2.1 Sujeito ativo.....	754
2.2 Sujeito passivo.....	755
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	755

4. Controle jurídico ou legislativo .....	755
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	756
5.1 Erro de tipo e erro de proibição .....	756
6. Consumação e tentativa .....	756
6.1 Consumação .....	756
6.2 Tentativa .....	757
7. Pena e ação penal .....	757

**CRIMES PRATICADOS POR PREFEITOS**  
(LEI N. 10.028/2000)

**CAPÍTULO LXXVI | NOVOS CRIMES PRATICADOS POR PREFEITOS**

**SEÇÃO I | ASPECTOS COMUNS ÀS NOVAS INFRAÇÕES PENAIS DO DECRETO-LEI N. 201/67**

1. Bem jurídico tutelado .....	760
2. Sujeitos dos crimes .....	760
2.1 Sujeito ativo .....	760
2.2 Sujeito passivo .....	761
3. Concurso eventual de pessoas .....	762
3.1 Coautoria em crime omissivo: possibilidade .....	762
4. Competência por prerrogativa de função .....	763
5. Suspensão condicional do processo .....	764
6. Penas aplicáveis e ação penal .....	765

**SEÇÃO II | NOVOS CRIMES EM ESPÉCIE — INCLUÍDOS NO DECRETO-LEI N. 201/67 PELA LEI N. 10.028/2000**

1. Disposições gerais .....	765
-----------------------------	-----

**SEÇÃO III | DEIXAR DE ORDENAR, NO PRAZO, REDUÇÃO DO MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA**

1. Tipo objetivo: adequação típica .....	766
2. Montante da dívida consolidada e sua redução no prazo legal .....	767
2.1 Prazos estabelecidos em lei .....	767
2.1.1 Pressupostos fundamentais do crime omissivo .....	768
2.2 Limite máximo fixado pelo Senado Federal .....	769
3. Tipo subjetivo: adequação típica .....	770
3.1 Erro de tipo e erro de proibição .....	770
4. Consumação e tentativa .....	771
5. Concurso com o art. 359-A do Código Penal: operação de crédito .....	771

5.1	Princípio da especialidade.....	773
<b>SEÇÃO IV</b>   ORDENAR OU AUTORIZAR A ABERTURA DE CRÉDITO EM DESACORDO COM OS LIMITES		
1.	Tipo objetivo: adequação típica .....	775
1.1	Abertura de operação de crédito.....	775
1.2	Em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal.....	776
2.	Elementos normativo-negativos do tipo.....	777
3.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	777
4.	Consumação e tentativa.....	778
4.1	Consumação.....	778
4.2	Tentativa.....	778
<b>SEÇÃO V</b>   NÃO ANULAR OS EFEITOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO IRREGULAR		
1.	Tipo objetivo: adequação típica .....	779
1.1	Elementar normativa: na forma da lei.....	780
1.2	Elementares contraditórias: cancelamento, amortização ou constituição de reserva.....	780
1.2.1	Para anular os efeitos de operação de crédito.....	781
1.3	Formas irregulares de operação de crédito: com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei.....	781
2.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	782
3.	Consumação e tentativa.....	782
<b>SEÇÃO VI</b>   NÃO LIQUIDAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA		
1.	Tipo objetivo: adequação típica .....	782
1.1	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária .....	783
1.2	Encerramento do exercício financeiro.....	784
1.3	Liquidação integral.....	784
2.	Excludente de criminalidade e dirimente de culpabilidade .....	784
3.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	785
4.	Consumação e tentativa.....	785
<b>SEÇÃO VII</b>   REFINANCIAMENTO OU POSTERGAÇÃO DE DÍVIDA CONTRAÍDA ANTERIORMENTE		
1.	Tipo objetivo: adequação típica.....	786
1.1	Realização de operação de crédito em desacordo com a lei.....	786
2.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	786
3.	Consumação e tentativa.....	787



**SEÇÃO VIII | CAPTAR RECURSOS ANTECIPANDO RECEITA TRIBUTÁRIA POR FATO GERADOR FUTURO**

1. Tipo objetivo: adequação típica .....	787
2. Tipo subjetivo: adequação típica .....	789
3. Consumação e tentativa .....	789

**SEÇÃO IX | DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DA EMISSÃO DE TÍTULO PARA FINALIDADE DIVERSA DA PREVISTA EM LEI**

1. Tipo objetivo: adequação típica .....	789
2. Tipo subjetivo: adequação típica .....	790
3. Consumação e tentativa .....	790

**SEÇÃO X | TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA EM DESACORDO COM A LEI**

1. Tipo objetivo: adequação típica .....	791
2. Transferência voluntária em desacordo com a lei .....	792

**CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

1. Considerações preliminares.....	795
------------------------------------	-----

**CRIME DE ATENTADO À SOBERANIA NACIONAL**

1. Considerações preliminares.....	799
2. Bem jurídico tutelado.....	800
3. Sujeitos ativo e passivo .....	800
4. Desvalor da ação e desvalor do resultado no crime de atentado à soberania .....	801
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	801
5.1 Princípio da tipicidade estrita e tipificação deficiente .....	802
5.2. Princípio da legalidade e as leis vagas, indeterminadas ou imprecisas.....	803
6. Figuras majorada ou qualificada: declaração de guerra e participação de operação bélica .....	805
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	806
7.1. Elemento subjetivo especial do injusto: com o fim de provocar atos típicos de guerra contra o País ou invadi-lo .....	809
8. Consumação e tentativa.....	810
9. Classificação doutrinária .....	811
10. Pena e ação penal.....	811

## ATENTADO À INTEGRIDADE NACIONAL

1. Considerações preliminares.....	812
2. A injustificável desproporcional cominação de penas.....	813
3. As qualificadoras inexistentes .....	814
4. Bem jurídico tutelado.....	815
5. Sujeitos ativo e passivo .....	816
6. Tipo objetivo; adequação típica .....	816
6.1 Praticar violência ou grave ameaça: meio ou essência da própria conduta tipificada .....	817
6.1.1 Violência física ( <i>vis corporalis</i> ).....	818
6.1.2 Grave ameaça ( <i>vis compulsiva</i> ) .....	819
6.2 Qualquer outro meio de redução da resistência: impossibilidade ....	821
7. Tipo subjetivo: adequação típica .....	822
8. Consumação e tentativa .....	822
9. Classificação doutrinária .....	823
10. Pena e ação penal.....	823

## CRIME DE ESPIONAGEM

1. Considerações preliminares.....	824
2. Bem jurídico tutelado.....	826
3. Sujeitos ativo e passivo .....	827
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	827
4.1 Favorecimento especial de espião.....	828
4.2 Figura qualificada: entregar documento com violação de sigilo .....	829
4.3 Facilitar a prática de qualquer dos crimes previstos neste artigo .....	830
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	830
6. Consumação e tentativa .....	831
7. CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA.....	832
8. Pena e ação penal.....	833

## ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Considerações preliminares.....	834
2. Bem jurídico tutelado.....	835
3. Sujeitos ativo e passivo .....	836
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	836
4.1 Meios de execução da abolição do Estado Democrático de Direito: por meio de violência ou grave ameaça .....	837
4.1.1 Violência física ( <i>vis corporalis</i> ).....	837

4.1.2 Grave ameaça ( <i>vis compulsiva</i> ) .....	838
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	840
6. Consumação e tentativa .....	840
7. Classificação doutrinária .....	841
8. Pena e ação penal.....	842

## GOLPE DE ESTADO

1. Considerações preliminares.....	843
2. Bem jurídico tutelado.....	845
3. Sujeitos ativo e passivo .....	845
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	846
4.1 Meios de execução do golpe de Estado: por meio de violência ou grave ameaça .....	846
4.1.1 Violência física ( <i>vis corporalis</i> ).....	847
4.1.2 Grave ameaça ( <i>vis compulsiva</i> ) .....	847
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	849
6. Consumação e tentativa .....	849
7. Classificação doutrinária .....	850
8. Pena e ação penal.....	851

## INTERRUPÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

1. Considerações preliminares.....	852
2. Bem jurídico tutelado.....	852
3. Sujeitos do crime.....	853
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	853
4.1 Impedir ou perturbar a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação.....	854
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	855
6. Classificação doutrinária .....	855
7. Consumação e tentativa .....	855
8. Pena e ação penal.....	856

## VIOLÊNCIA POLÍTICA POR DISCRIMINAÇÃO

1. Considerações preliminares.....	857
2. Bem jurídico tutelado.....	857
3. Sujeitos ativo e passivo .....	858
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	858

4.1 Com emprego de violência física, sexual ou psicológica, o exercício de direitos políticos de qualquer pessoa em razão de sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional .....	859
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	860
6. Classificação doutrinária .....	861
7. Consumação e tentativa .....	861
8. Pena e ação penal.....	862
 <b>CRIME DE SABOTAGEM</b>	
1. Considerações preliminares.....	863
2. Bem jurídico tutelado.....	864
3. Sujeitos ativo e passivo .....	864
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	865
5. Inexistência de concurso de crimes entre sabotagem e abolição violenta do Estado Democrático de Direito .....	866
6. Tipo subjetivo: adequação típica .....	866
7. Consumação e tentativa .....	867
8. Classificação doutrinária .....	868
9. Pena e ação penal.....	868
 <i>Bibliografia</i> .....	 869